

Povo de Volta Redonda

Chora Morte de Rubem Machado

URSS dá o Exemplo:

Desmobilizados

um Milhão de Homens

Na recente reunião realizada pelo Soviet Supremo da URSS, o presidente do Conselho N. S. Kruschiov anunciou que um terço dos efetivos do exército soviético seria desmobilizado nos próximos dois anos. A decisão histórica provocou intensa repercussão em todos os países, ao mesmo tempo que indica claramente a disposição da URSS de alcançar o desarmamento total e universal no mais curto prazo. Mais de um milhão de soldados, voltarão aos lares e serão reintegrados nas atividades produtivas.

Texto na 2ª página.



Uma multidão calculada em mais de 15 mil pessoas acompanhou pelas ruas de Volta Redonda o cortejo fúnebre do jovem líder sindical e combativo dirigente comunista Rubem Machado, covardemente assassinado na manhã do último domingo, por um capanga do Prefeito municipal. A cidade do aço, onde se ergue a Companhia Siderúrgica Nacional, ficou praticamente paralisada durante dois dias. A população local revoltada com o covarde assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, saiu às ruas exigindo a punição imediata do criminoso. Reportagem completa na última página.

ANO I — RIO. SEMANA DE 22 A 28 DE JANEIRO DE 1960 — N.º 48

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712

NOVAS LUTAS

O movimento sindical brasileiro prepara-se este ano para novas lutas e novas vitórias, depois de haver fortalecido sua coesão nas jornadas que culminaram com a Convenção Sindical Nacional de novembro do ano passado.

Com a reabertura dos trabalhos do Parlamento, continua na ordem-dia das organizações operárias a luta pela aprovação da Lei de Greve e da Lei de Previdência Social, cuja tramitação foi dificultada até agora pela sabotagem dos grupos reacionários. Mais do que nunca, se faz necessária a vigilância dos trabalhadores para impedir a aprovação do substitutivo Jefferson Aguiar, disfarce legal com que se pretende anular o direito de greve estatuído na Constituição. E os trezentos mil servidores públicos se movimentam para exigir a aprovação do Plano de Classificação dos Cargos, que se arrasta pelas comissões parlamentares, entre a indiferença de alguns e a má vontade de outros.

As ameaças de repressão que partem de setores reacionários do governo indicam o desespero das forças que intentam deter a marcha ascendente do movimento operário. Representadas por homens como Amarel Peixoto, Armando Falcão, Nelson de Melo, Humberto de Melo, e contando com a cumplicidade pusilânime de sr. Fernando Nóbrega, essas forças se lançam contra o movimento

sindical porque temem a influência crescente dos trabalhadores na vida do país e sabem que a unidade e a organização da classe operária é o maior obstáculo aos planos de capitulação ante os monopólios estrangeiros e de supressão das liberdades democráticas.

Os dirigentes operários brasileiros, que já possuem uma rica experiência de luta, não se deixam intimidar pelas ameaças reacionárias. Qualquer tentativa de esmagamento da liberdade sindical só pode encontrar a repulsa unânime de todas as correntes do movimento operário e há de merecer a condenação das forças nacionalistas e democráticas. O fracasso da provocação contra o Sindicato dos Oficiais de Náutica e contra os ferroviários da Leopoldina demonstra que não é tão sólida como pode parecer à primeira vista a base do grupo reacionário do governo.

Lançando-se à luta com entusiasmo e confiança em suas forças, os operários não se esquecem, de outro lado, que a garantia de sua vitória está na unidade mais efetiva dos trabalhadores, na organização eficiente de suas ações e na mobilização de massas, e não na atividade isolada e intempestiva das forças de vanguarda. Não de cair no razião, portanto, as tentativas de lançar os germes da divergência entre os trabalhadores para dividi-los e golpearlos.

São Paulo: dia 22 na Faculdade de Direito

Conferência Sul-Americana Pela Liberdade Dos Presos Políticos de Espanha e Portugal

TEXTO NA 3.ª PÁGINA



NEGOCIATA DE 70 MILHÕES

Moradores dos edifícios que contornam a Praça Sarah Kubitschek, em Copacabana, reiniciaram movimento para impedir a destruição do logradouro. Uma negociata de 70 milhões está por trás da batalha. Um prédio é o que querem construir no local onde agora existe a praça. (REPORTAGEM NA PÁGINA 11)

Diretrizes e bases

ESTUDANTES EXIGEM SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Texto na 11.ª página

Coexistência Pacífica E Luta Ideológica

Artigo de Almir Matos na página 9

URSS INDICA CAMINHO DO DESARMAMENTO

Mais de um Milhão de Soldados Voltarão às Fábricas e ao Campo

O Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas aprovou a proposta feita pelo chefe do Governo, Nikita Kruschiov, de reduzir de um terço os efetivos do Exército Soviético. Foi também aprovado um apelo aos parlamentos de todo o mundo no sentido de que a medida unilateral tomada pela URSS seja seguida pelos países capitalistas em benefício da paz mundial.

Kruschiov renovou em seu discurso as propostas de desarmamento geral e completo apresentadas por ele na ONU e formulou a esperança de que a Conferência de cúpula, a se reunir em Paris em maio, dê um passo decisivo no sentido da coexistência pacífica. Anunciou também Kruschiov a orientação do Governo soviético de harmonizar a ati-

vidade militar com a produção econômica. A seguir transcreveremos os principais pontos do discurso, segundo os telegramas das agências noticiosas.

PROVAS NUCLEARES

Kruschiov dirigiu uma advertência aos países que, retomando suas experiências nucleares (aéreas e subterâneas), intensificarão a "corrida" armamentista, para desdita da humanidade. "O governo — acrescentou — renúncia às provas nucleares assumirá uma gravíssima responsabilidade.

"Há mais de um ano — prosseguiu Kruschiov — não se registram explosões experimentais de bombas atômicas e de hidrogênio. Isso deu aos povos o direito de esperar que essas experiências não mais se repitam. Ora, a 29 de dezembro último, os Estados Unidos romperam a moratória, o que significa que poderão retomar suas experiências nucleares. Na situação em que nos encontramos, isso significa que, se um governo retomar essas provas, os outros também poderão fazê-lo, o que acarretaria uma "corrida" nuclear que seria das mais lamentáveis. Eis por que pedimos que seja concluído em Genebra um acordo proibindo e interditando as provas subterâneas, cuja origem os norte-americanos afirmam ser impossível determinar, já que se assemelhariam a tremores de terra. Ora, julgamos que se um dos signatários de semelhante acordo o violar, ficaria coberto de vergonha ante os olhos da humanidade. Renovamos a proposta de interdição das provas atômicas, tanto no ar como em terra, sob os mares ou nas profundezas do solo".

Fazendo o histórico de sua viagem aos Estados Unidos, declarou Kruschiov:

"Os norte-americanos de todas as camadas sociais desejam apenas uma coisa: viver em paz. Depois do lançamento de nossos sputniks e de nossos foguetes, um fato caiu fundo na opinião dos norte-americanos: os Estados Unidos são agora tão vulneráveis como qualquer outro país. Que não me façam a injustiça de alegar que estou ameaçando quem quer que seja, ao fazer essa declaração. Com efeito, cada vez que fazemos um lançamento de projétil cósmico, a consciência mundial pode perceber nossas intenções pacíficas, pois esses lançamentos não ameaçam ninguém."

Em seguida Kruschiov renovou as propostas soviéticas de desarmamento que fez a 11 de novembro último, perante a ONU. Observou perigosas, tão perigosas que poderão levar a uma terceira guerra mundial" — afirmou Kruschiov.

"Não podemos deixar de manifestar nossa surpresa ante o fato de a Alemanha Ocidental ser ajudada pela França e pela Inglaterra, países que sofreram a agressão alemã. Verificamos, igualmente, que o carrasco Speidel está à frente das forças da NATO, embora fosse bem conhecido dos franceses e ingleses durante a guerra, quando ocupava um posto na França e foi um dos organizadores das incursões de bombardeio contra a Inglaterra".

Passando à regulamentação das divergências entre a União Soviética e a Alemanha, disse Kruschiov. "Desejamos uma regulamentação pacífica com a Alemanha Ocidental e consideramos que esta é a questão mais importante. Desejamos conseguir essa regulamentação de acordo com nossos aliados da guerra e insistimos em nosso desejo de resolver, ao mesmo tempo, a questão de Berlim Ocidental. Acrescentamos, entretanto, que se nossos esforços não forem coroados de êxito assinaremos um Tratado de Paz, assim como os outros países que estão dispostos a fazê-lo com a República Democrática Alemã e assim agirdemos a despeito de todas as consequências que disso possam decorrer".

DESARMAMENTO

Referindo-se ao seu próprio plano de desarmamento, declarou o primeiro-ministro soviético:

"Esta proposta de desarmamento é feita às vésperas de grandes encontros internacionais. Trata-se, quero ressaltar, de uma operação unilateral de redução de efetivos. Não lançamos palavras ao vento. Não fazemos propostas de desarmamento sabendo, antecipadamente, que não poderão ser aceitas por nossos interlocutores. Nós lhes facilitamos a tarefa e esperamos sinceramente que eles nos sigam".

"Por que fazemos agora tal proposta, novamente? Porque, embora nós tenhamos apresentado à ONU, há quatro meses, a Comissão de Desarmamento ainda não se reuniu, a despeito da vontade manifestada pela Polónia, a Tchecoslováquia e a Bulgária de dar início aos trabalhos".

"E' preciso que se compreenda bem. Não desejo falar mal dessa Comissão, mas, depois da guerra, tivemos uma rica experiência dos processos da diplomacia ocidental, no que concerne à discussão do problema do desarmamento. Posso mesmo afirmar que se os trabalhos dessa Comissão prosseguirem em seu ritmo atual, poderemos compará-los ao enterramento de um morto, que se adia de um dia para outro, ao ponto de logo não se ter — ninguém — para enterrar".

CONCLUSAO

Kruschiov renovou sua proposta de competição pacífica com o Ocidente, afirmando, contudo, que é preciso manter a "luta ideológica e a concorrência no domínio econômico, termo mais compreensível para os capitalistas".

Na parte final de seu discurso, Kruschiov voltou a atacar o regime capitalista e o colonialismo, precontando uma ajuda urgente aos países subdesenvolvidos.

Em conclusão, ele declarou que a realização do programa soviético de desarmamento e redução dos efetivos, será uma contribuição considerável à causa da paz. "Faremos tudo o possível — exclamou — para que os grandes e os pequenos Estados nos acompanhem neste caminho".

Fazendo acalmar a coexistência pacífica entre os povos Kruschiov encerrou seu discurso, que durou 3 horas e 3 minutos.

PROBLEMA DA ALEMANHA

Depois de ter condenado a política de Foster Dulles, de ter condenado Hitler em termos violentos, evocando seus intentos sanguinários em relação à URSS, prosseguiu Kruschiov.

"Desejamos manter boas relações com a Alemanha Ocidental. Mas estamos profundamente descontentos com a posição do governo dessa parte da Alemanha. Adenauer fez declarações pacíficas, mas, como aplicar tais declarações aos seus projetos de revisão das fronteiras fixadas depois da Segunda Guerra Mundial, como compreender sua vingem a Berlim Ocidental, onde ele predisse o fim da URSS que, na sua opinião, seria apagada da

superfície da terra em caso de um conflito?"

"Adenauer não tirou lições da história de seu predecessor, Hitler. Hoje, entretanto, podemos dizer-lhe que se o réptil fascista alemão ousar sair de suas fronteiras, será esmagado, não diante de Moscou ou Stalingrado, onde chegou por ocasião da última guerra, mas em seu próprio território".

"Verificamos que na política da Alemanha Ocidental há tendências que os interlocutores dos soviéticos receberam favoravelmente essas propostas, surpreendendo-se com o fato de os ocidentais terem recebido as propostas soviéticas com certas reticências.

"Se os ocidentais desejam dar início ao desarmamento, que o façam, provando suas intenções" — acrescentou Kruschiov. "Ora, se eles limitam sua ação à apresentação de alegações, para fazer com que a questão se arraste indefinidamente, tais processos só poderão provocar o desgosto dos povos".

"A União Soviética provou sua intenção de desarmar-se não com palavras: mas com fatos, abandonando suas bases no estrangeiro. Já reduzimos de 2.140.000 homens nossos efetivos; retiramos nossas tropas da Romênia; reduzimos nossos efetivos na Alemanha Oriental, na Polónia e na Hungria".

EFEITIVOS SOVIÉTICOS

Tratando das sucessivas flutuações dos efetivos das forças armadas soviéticas, prosseguiu Kruschiov.

"Em 1917, os efetivos de nossas forças atingiam 586.000 homens, total exigido pela situação internacional do momento. Em seguida, em virtude da agressão japonesa no Extremo Oriente e do renascimento da Alemanha militarista, essas forças foram aumentadas em 1937, passando a 1.433.000 homens.

"A pérfida agressão da Alemanha hitlerista à União Soviética, obrigou-nos a aumentar os efetivos de nossas forças, sendo eles elevados a 11.365.000 homens.

"Após a desmobilização, em 1948, nossas forças contavam 2.874.000 homens e, esperamos, nesse momento, que os aliados adotassem nosso exemplo e reduzissem suas forças. Ora, nossa esperança não se concretizou.

"Após a criação da NATO e de outros agrupamentos similares — aduziu Kruschiov — as Forças Armadas da URSS contavam, em 1955, 5.763.000 homens".

"No período de 1955-58 — prosseguiu — a URSS reduziu unilateralmente seus efetivos, que sofreram um corte de 2.140.000 homens, tendo agora, 3.623.000 soldados" — concluiu.

Depois de ter falado durante uma hora e vinte e cinco minutos, o presidente do Conselho da URSS anunciou que faria uma interrupção de meia hora.

NIVEL DE REDUÇÃO

Volando a falar, depois de trinta minutos, disse Kruschiov:

"Consideramos possível uma nova redução de nossos efe-

tivos. O Conselho de Ministros da URSS, propõe reduzir os efetivos do Exército soviético de 1.200.000 homens, independentemente de nossas propostas de desarmamento geral e dos progressos das conversações sobre esta questão".

Kruschiov lembrou que as potências ocidentais tinham proposto a fixação do limite de 2.800.000 homens para os efetivos das forças soviéticas, total aprovado pela URSS.

"Ora, com a nova redução — prosseguiu — nossos efetivos serão de apenas 2.423.000 homens, ou seja, um total inferior ao proposto pelos ocidentais".

"O partido, o governo e toda a URSS agradecem, aos nossos cientistas, técnicos e operários pelo que fizeram para o armamento de nosso país — prosseguiu Kruschiov aplaudido pela assistência.

"Temos em reserva o número indispensável de armas nucleares, mas seremos forçados a prosseguir em sua produção enquanto não for alcançado um acordo sobre a interdição completa dessas armas. A Força Aérea e a Marinha perderam sua importância, no contexto atual da técnica militar. Estamos em condições de reduzir nossa fabricação de bombardeiros e, provavelmente, decidiremos cancelá-la completamente. Por outro lado, enquanto os submarinos ganham nova importância, as unidades navais de superfície têm um valor cada vez mais reduzido.

UMA NOVA ARMA

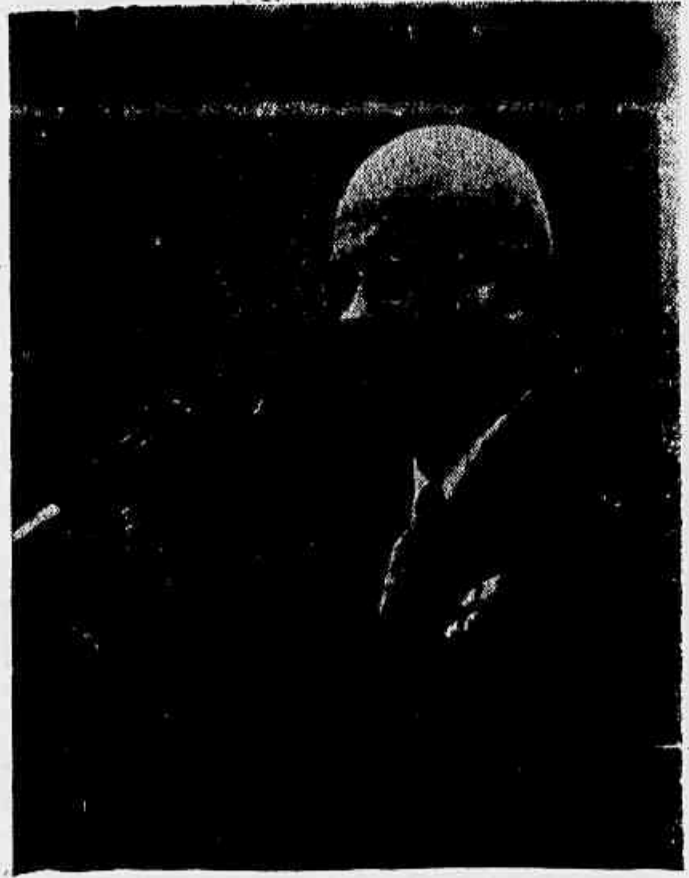
"No momento, baseamos nosso poderio militar nos foguetes equipados com ogivas nucleares, de que dispomos e que estão em constante aperfeiçoamento. Mas hoje, caros camaradas deputados, podemos dizer que dispomos também, de uma arma terrível e de poder inacreditável, que está sendo projetada por nossos cientistas". Nesse momento, foi interrompido por prolongada ovação.

"Nossas Forças Armadas — disse ele ainda — dispõem de um poderio que potência alguma, Exército algum, no curso de toda a História, jamais possuiu".

"Disponemos de uma quantidade de armas atômicas tais, como meios aperfeiçoados, para transportá-las, que, qualquer que seja eventual agressor da URSS, poderemos eliminá-lo da face da Terra. Em caso de uma nova guerra, todo o mundo sofrerá. Também sofreríamos, nesse caso, mas seria o Ocidente que mais sofreria. Esta seria então, sua última guerra e marcaria o fim do capitalismo".

"Devemos prever também, a eventualidade de um ataque de surpresa. Mas não se deve esquecer que nenhum ataque de surpresa pode destruir nossa reserva de armas nucleares e poderemos ter sempre os meios com que responder a um agressor ou a um grupo de agressores".

Depois de lembrar que a redução dos efetivos permitiria ao Estado, uma economia anual de 16 a 17 bilhões de



Nikita Sergueievitch Kruschiov discursando perante mil e quatrocentos deputados do Soviete Supremo da URSS, onde defendeu a redução de 1.200.000 homens no Exército Soviético. A proposta foi aceita por unanimidade, ao mesmo tempo em que foi aprovado um apelo a todos os parlamentos do mundo no sentido de que o exemplo da URSS seja compreendido e seguido pelos demais países.

rublos, afirmou ainda, o chefe do governo soviético: "O Presidium da Comissão Central e o Conselho de Ministros estudam conjuntamente a reorganização das Forças Armadas soviéticas, de acordo com o sistema territorial. Tal como o preconizou Lênin. Isso permitirá que nossos camaradas, encarregados da defesa, possam aperfeiçoar-se na arte militar sem prejuízo da produção econômica."

NASSER: AJUDA DESINTERESSADA

No discurso que pronunciou no comício realizado por ocasião do início da construção da represa de Assuá, o presidente da RAU, Gamal Abdel Nasser, declarou em particular: «Ao celebrar este acontecimento, pensamos antes de tudo, no país que concordou em nos ajudar nesta obra, concedendo-nos créditos e ajuda técnica. Este país é a União Soviética, cujo empréstimo e proposta de ajuda técnica para realizar a primeira parte das obras foram ditados incondicional e exclusivamente por um sentimento de amizade, que vincula a nação árabe à União Soviética. Esta ajuda não foi, de modo algum, sujeita a condições de qualquer espécie. Aproveitando esta ocasião, quero desejar à União Soviética, em vosso nome, em nome do governo e no meu próprio, êxito na prestação de ajuda e patentes nosso agradecimento aos especialistas e técnicos soviéticos por sua amigável, carinhosa e energética colaboração com seus irmãos, os engenheiros árabes, graças à qual os trabalhos se encerrarão no mais breve prazo».

A Rádio Central De Moscou Aos Seus Ouvintes Do Brasil

DIARIAMENTE, a Rádio Central de Moscou transmite em língua portuguesa, para o Brasil, das 19 às 21 horas — hora do Rio de Janeiro — no comprimento de onda de 25 metros nas frequências de:

- 11,87 »
- 11,92 »
- no comprimento de onda de 31 metros nas frequências de:
 - 9,47 megacíclos
 - 9,78 »
 - 9,8 »
 - 11,75 megacíclos
 - 11,79 »
- e no comprimento de onda de 41 metros nas frequências de:
 - 7,215 megacíclos e
 - 7,37 »

DEMOCRATIZAÇÃO: DISSOLVIDO O MINISTÉRIO DO INTERIOR

Em seu discurso de mais de três horas, no Soviete Supremo da URSS, Nikita Kruschiov referiu-se também a problemas internos da União Soviética.

QUESTÕES INTERNAS

Afirmando que o ano de 1959 entrará na história como o primeiro ano de uma grande edificação da sociedade comunista na URSS, Kruschiov, depois de ter citado dados que demonstram o êxito da aplicação do Plano Setenal, declarou que, como anteriormente, a economia soviética continua baseada na primazia da indústria pesada.

O presidente do Conselho Soviético enumerou os êxitos conquistados pela URSS no domínio da exploração do cosmos pelo envio de foguetes lunares e da Estação Experimental Cósmica, assim como pela obtenção de fotografias da face invisível da Lua. Exaltou os progressos realizados pela URSS em todos os domínios da ciência. Ressaltou, igualmente, o poderio defensivo do país, baseado na posse, pela URSS, de foguetes balísticos intercontinentais.

"O governo e o Partido — acrescentou — prosseguem, de modo consequente, a aplicação de medidas tendentes ao desenvolvimento da democracia socialista e à participação de amplas massas na administração do Estado".

LIBERALIZAÇÃO

"A ampliação dos direitos das Repúblicas, assim co-

mo dos órgãos de administração local e das organizações de massa, e a reorganização da direção da indústria e da construção já produzem ótimos resultados», prosseguiu ele, congratulando-se com a iniciativa criadora demonstrada pela população soviética.

"As funções do Estado são, em grau cada vez maior, exercidas entre nós pelas organizações de massa. O papel da opinião pública aumenta constantemente no que se refere às questões econômicas e culturais, assim como a consolidação da ordem socialista" — aduziu o chefe do governo notando que a supressão do Ministério do Interior é prova disso.

"Essa decisão — acrescentou — não terá unicamente por efeito diminuir o número de funcionários e as despesas da administração, mas sobretudo reforçar mais ainda a democracia socialista".

Kruschiov congratulou-se pelos resultados obtidos no domínio da indústria, observando que foi possível diminuir as horas de trabalho, sem diminuir os salários, embora aumentando constantemente o padrão de vida da população.

"A melhora constante do bem-estar da população, aliás, traduziu-se por um aumento do número de nascimentos. Em um ano, a população da URSS aumentou de 3.660.000 habitantes e atingiu, no início de 1960, um total superior a 212 milhões" — disse o chefe do governo soviético.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmon

Borges REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344

Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, S-705
Endereço telegráfico —

«NOVOSRUMOS» ASSINATURAS

Anual Cr\$ 250,00
Semestral . . . " 130,00
Trimestral . . . " 70,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte
N. avulso Cr\$ 5,00
N. atrasado .. . " 8,00

Importante Pronunciamento Político do Marechal Lott:

Defenderei Antes de Tudo os Interesses do Brasil

Importante pronunciamento político foi feito pelo marechal Henrique Teixeira Lott, candidato das forças nacionalistas e democráticas à Presidência da República, em entrevista ao matutino "Ultima Hora", terça-feira última. Nessa entrevista, adiantou o marechal Lott alguns pontos de sua plataforma de candidato, esclarecendo sua posição relativamente a uma série de problemas de interesse nacional e popular.

Destacamos abaixo alguns trechos desta entrevista, destinada a alcançar a maior repercussão em todo o país:

REFORMA AGRÁRIA
"Algumas pessoas tiveram o tem, naturalmente, interesse em deturpar minhas palavras e confundir meu pensamento diante da opinião pública. Há uma reforma agrária que serve apenas de tema a divagações demagógicas, exaltando aqueles que não a querem fazer, aqueles que tem até o compromisso de não fazê-la e de deixar em paz os latifundiários improdutos; e há outra reforma agrária que deve ser realizada contra todos os interesses que tentem articular-se contra ela. Com a ajuda do Congresso e da opinião nacional, farei a reforma agrária como deve ser feita, de modo a se converter num instrumento real de progresso geral do País e de enriquecimento de milhões de brasileiros que se situam presentemente à margem da vida, nas grandes áreas rurais. Quando digo reforma agrária, não me refiro apenas à distribuição de terras aos camponeses, ideia que os demagogos agitam como panacéia. Reforma agrária é isto e muito mais. Não basta dar terras aos camponeses. Isto seria deixá-los como eretos, abandonados à própria sorte. Além de terras, eles precisam de assistência técnica, de um sistema eficiente de transportes e, sobretudo, inadiavelmente, no lado da garantia de mercado, créditos a juros baixos e longo prazo."

CORRUÇÃO ADMINISTRATIVA
"Entendo que devem ser aplicadas penas severas aos que não cuidam com a devida seriedade dos diâmetros que o povo lhes confiou. Nunca transigi com gente de gansta, não seria ao governo que iria trançar. Acho que o governo não pode permitir dilapidadores, de qualquer natureza, que sequestram os recursos do País."

PREVIDENCIA SOCIAL
"É urgente reconhecer que a Previdência está falhando na sua importante missão. Precisa ser reorganizada e dinamizada. O governo tem que pagar as suas dívidas aos Institutos, como um dos primeiros passos para dar a todos eles condições de prestar uma assistência real e pronta aos seus contribuintes. Não é justo que trabalhadores e empresas particulares paguem as suas contribuições e o governo não o faça."

DIREITO DE GREVE
"A greve é uma forma lícita e justa de protesto. É, para dizer tudo, um direito assegurado ao trabalhador pela Constituição. Resta apenas regulamentar esse direito — tarefa que o Congresso executará com a sabedoria que lhe é própria. É claro que a regulamentação não pode cercar o direito, mas apenas subordiná-lo aos interesses gerais."

CONFIANÇA NA VITÓRIA
"Devo lembrar que não sou candidato por conta própria. Ao contrário, longe de desejar minha candidatura, passei longo tempo resistindo à ideia de admiti-la. Quando, diante dos apelos, passei a admiti-la, decidi fazer um sacrifício. Não aceitei ser candidato para brincar. Não se brinca com coisas sérias. Vou para as urnas e espero vencer."

EDUCAÇÃO
"Imagino fixar um critério mais amplo e mais justo para a distribuição de bolsas de estudo, assunto que desejaria abordar com mais tempo. O sistema de ensino médio e superior precisa ser ampliado e aperfeiçoado. A classe dos professores deve ser prestigiada. Mas, sobretudo, deve-se procurar atender ao ensino, inicialmente, no grau primário, a todos os brasileiros. Não é possível que somente uma pequena elite social consiga dar aos seus filhos o que a Constituição manda dar a todos os brasileiros."

NACIONALISMO
"O que importa é estabelecer em primeira linha os superiores interesses do Brasil, em cuja defesa sei intransigente e sei que posso contar com o apoio continuado das agremiações partidárias. Como Presidente da República, estou certo, contarei com o apoio do Congresso, da Imprensa, do povo e dos Partidos, no sentido de disciplinar, de forma conveniente, os interesses nacionais, a remessa de lucros das firmas estrangeiras para o Exterior, que constitui uma das causas do aumento do custo de vida."

LEGALIDADE
Referindo-se às insinuações que procuram sentido militarista à sua candidatura:
"Estranho tais insinuações, porque não sinto um candidato militar. E acima de tudo elas poderiam ser anuladas com a simples lembrança de que vários membros ilustres da Oposição me pediram, pouco depois de 11 de novembro, que eu implantasse e chefiasse uma ditadura no país. Se eles me queriam para ditador, porque não me querem para Presidente constitucional? Ou será que naquela época eles me consideravam um civil? Como o Sr. vé, as insinuações não têm seriedade nem merecem ser discutidas."



RAIMUNDO NONATO

Desde o último reajustamento dos comerciantes houve um acréscimo no custo de vida de 49,94%. Para enfrentá-lo, querem eles, agora, mais 30%. O Sindicato dos Lojistas acha 50% muito. Naturalmente, levando em conta os seis décimos por cento que estão faltando. Mas os lojistas não chegam a oferecer 49,94% aos imprevidentes, o que leva à conclusão de que seu critério numérico de equidade é zero.

A rigidez aritmética e a dialética da vida, no entanto, falam a favor da reivindicação dos comerciantes e fazem muito mal da carteira, pedra do sapato do governo JK, habilmente aproveitada pelo comércio na quinica dos lucros e perdas.

Moses é diligente na defesa do livre acesso às fontes de informação. Assim, convidou o secretário de Imprensa da Casa Branca, Mister Hagerty, para um jantar em sua residência. Quer saber como vai ser feita a reportagem da visita de Eisenhower.

Um repórter escreveu que o encontro Moses-Hagerty foi informal. Isto é, não cerimonioso, não oficial. Mas o repórter, segundo está hoje muito em moda, escreveu a palavra informal com o sentido do vocábulo inglês, como se não estivesse escrevendo português ou, pelo menos, coisa aproximada. Os vocábulos estrangeiros, às vezes também entram pela janela e não raro acabam tonando cadeia cativa no dicionário da língua em que se infiltram.

Vá lá, no entanto, o informal, que muita gente bon escreve com a dogura das almas inocentes. O pior é que o repórter, tratando do encontro Moses-Hagerty, atribuiu ao secretário de imprensa da Casa Branca a revelação de que os Estados Unidos deveriam promover uma série de visitas de brasileiros representativos de vários grupos sociais à terra de Tio Sam e da goma de mascar e cuspir.

A política de intercâmbio cultural é ótima e deve ser feita até com o Diabo. Nem a própria goma de mascar aniquila por completo uma cultura. Só prejudica os bismos. Devemos ver tudo e ouvir a todos, em qualquer língua. Quem não está imunizado para tanto, precisa tratamento enérgico.

Só não achamos justo é que os Estados Unidos promovam visitas de brasileiros às suas próprias cidades e campos de plantação de milho ou criação de porcos. O que eles poderiam promover era convites aos brasileiros. Quanto às visitas, melhor os convites, caberia a nós promovê-las, segundo a etiqueta que rege a bon-vizinhança zoológica e que diz: cada maneco no seu galho.

INSTALA-SE DIA 22 A CONFERÊNCIA SÃO PAULO (DURANTE 3 DIAS) CENTRO DA LUTA PELA LIBERDADE AOS PRESOS POLÍTICOS DA ESPANHA E DE PORTUGAL

Nada temos a opor à realização da Conferência Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal. Entendemos que se trate de uma campanha muito louvável e humana em favor dos presos políticos de outros países, declarou o ministro do Exterior, Horácio Lator, a um grupo de intelectuais e deputados que com ele se entrevistaram.

A manifestação, que vem recebendo as mais expressivas adesões de personalidades do Brasil e outros países latino-americanos, será aberta no próximo dia 22, em São Paulo, no salão Nobre da Faculdade de Direito, devendo prosseguir nos dias 23 e 24. Já se encontram na capital paulista numerosos delegados dos diversos Estados do Brasil e do Exterior, ao mesmo tempo que se aguarda a chegada de outros, principalmente dos países latino-americanos.



Em São Paulo, o atual centro das atenções é a solidariedade aos portugueses e espanhóis vítimas de perseguições.

DESMENTINDO

A entrevista do ministro Horácio Lator com membros da comissão coordenadora da Conferência, veio pôr fim à onda de notícias que informavam a decisão do governo de suspender a realização da conferência. Apesar de dificuldades existentes no que se refere à concessão de vistos para delegados de outros países, objeto já de protesto e para a solução do qual houve uma proposta formal do ministro do Exterior, a ato deverá contar com a participação de numerosos delegados estrangeiros. Foi, por outro lado, o governador Carvalho Pinto, que havia recebido um relatório do Ministro da Justiça a propósito da conferência, devolveu o informado que nada havia que justificasse a suspensão da manifestação.

ALVARO LINS PRESIDIRÁ

O conclave será presidido pelo embaixador Alvaro Lins e dele participarão expressivas figuras do mundo cultural e político nacional e internacional. Adesões as mais valiosas ainda continuam a ser recebidas pela comissão coordenadora, entre as quais a do general Humberto Delgado.

A Burguesia Nacional e o Socialismo na China

LUIZ CARLOS PRESTES

Ao visitar Shanghai, nos foi dado conhecer de perto uma das mais interessantes experiências da revolução socialista na China. Centro industrial importante, são numerosas em Shanghai as empresas industriais mistas, estatais-privadas, e grande é o número de antigos capitalistas que, de uma forma ou outra, colaboram com o Estado chinês e participam, assim, ativamente da construção do socialismo, e ajudam na transformação social em desenvolvimento e reeducam-se política e ideologicamente.

O problema das relações com a burguesia foi sempre considerado pelos comunistas chineses como o problema central da frente única. Antes de 1949, o Partido Comunista da China soube encontrar a maneira de ganhar a burguesia nacional para a frente única dirigida pela classe operária e apoiada na aliança operária-camponesa. Mas com a vitória da revolução democrática e o início, portanto, da revolução socialista, surgiu um novo problema, já que na etapa socialista da revolução a burguesia, como classe, deve desaparecer.

A este problema foi dada pelo Partido Comunista da China uma solução adequada, de acordo com a situação específica do país. O núcleo principal da burguesia chinesa era constituído pela burguesia burocrática, intermediária do imperialismo, e que fora varrida da arena histórica com a vitória de 1949. A burguesia nacional da China, o setor da burguesia que tem contradições com o imperialismo, jamais foi muito poderosa. Nunca conseguiu um desenvolvimento normal, suas forças são frágeis. No passado sofreu a opressão do imperialismo e, agora, é inferior em poderio à classe operária que, aliada às grandes massas camponesas, tem a hegemonia no poder estatal. Além disto, a burguesia nacional através da própria experiência já verificou que a China, para manter sua independência e transformar-se num país próspero e feliz, precisa da direção do Partido Comunista e que os operários e camponeses ocupem os postos dirigentes do país. Por mais que a burguesia deseje o desenvolvimento do capitalismo, por mais que se esforce para aumentar seus lucros, aproveitando e para isso das circunstâncias favoráveis de um momento ou outro, é na verdade impraticável fazer da China um país capitalista, quando o poder político já passou efetivamente às mãos da classe operária, dirigida por um Partido marxista-leninista.

Nestas condições, a política fundamental para tratar com a burguesia nacional na revolução socialista, tendo por objetivo a liquidação da burguesia como classe, pôde ser orientada no sentido de uma transformação pacífica, que permitisse a utilização dos aspectos positivos da burguesia, que ao mesmo tempo impedisse o desenvolvimento do capitalismo, e que fosse capaz de levar à transformação completa e definitiva da sociedade. Quer dizer, baseada na aliança operária-camponesa, a classe operária continua mantendo a aliança com a burguesia. Utilização, limitação e transformação. Eis a política efetivamente adotada.

Particularmente, nos primeiros anos que se seguiram à vitória da revolução libertadora, quando a produção das empresas estatais, que resultaram do confisco do capital imperialista e da burguesia burocrática, era ainda exigua, se não fosse dado um tratamento acertado ao capital privado poderia ser criada uma situação crítica capaz de causar graves danos à economia do país. Somente em Shanghai, o valor da produção industrial privada, nos anos que se seguiram à libertação, representava 23% do valor de toda a produção industrial da cidade. Além disto, havia em Shanghai mais de 8.000 capitalistas que são técnicos, entre os quais mais de 2.000 engenheiros ou técnicos de alta categoria, pessoas que podem efetivamente constituir uma força útil à construção do socialismo.

A classe operária devia saber, pois, constituir uma aliança econômica com a burguesia nacional. Mas, nas relações com a burguesia, é sempre necessário ter em conta os dois aspectos simultâneos, de unidade e luta. Utilizar os aspectos positivos, mas não esquecer que pelo seu próprio caráter de classe a burguesia visa sempre obter maiores lucros e desenvolver-se cegamente. É necessário contê-la para que não chegue a prejudicar a classe operária e o Estado, nem dificultar o desenvolvimento socialista.

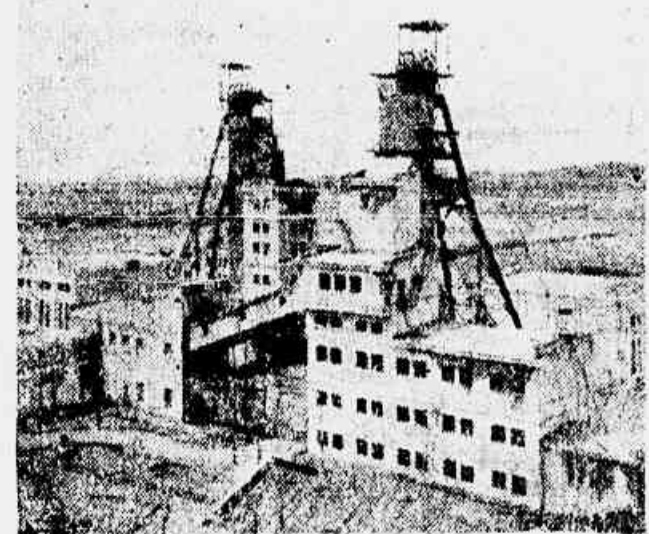
Os comunistas chineses não se esqueceram por isso de ensinar aos operários e camponeses qual o verdadeiro caráter da burguesia como classe exploradora e de mostrar-lhes como o regime capitalista é efetivamente um regime caduco. Especialmente em 1950, quando os imperialistas norte-americanos bloquearam as comunicações com Shanghai, e foi bombardeada a cidade e cortada a energia elétrica, uma parte da burguesia nacional começou a vacilar. Retirava ela seus capitais do país e uma parcela fugia para Hong-Kong. Em semelhante emergência, o Partido Comunista soube esclarecer as massas a respeito do caráter vacilante da burguesia e ao mesmo tempo desenvolver esforços no sentido da educação patriótica da própria burguesia. Em seguida, o Partido adotou uma série de medidas para ajudar a burguesia e facilitou o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que as forças armadas chinesas acabavam com o bloqueio e com os bombardeios. Os capitalistas ganharam, assim, nova confiança no governo e continuaram seus empreendimentos. Ambiciosos e egoístas, tratavam, no entanto, de aproveitar o momento para conseguir lucros fabulosos, legal ou mesmo ilegalmente. Alguns os camaradas chineses que só nos anos de 1950 a 1952 conseguiram os capitalistas de Shanghai lucros superiores a 800 milhões de yans, isto é, um pouco mais do dobro de suas investições. Foi quando o Partido, apoiado na classe operária, desenvolveu o chamado movimento contra os cinco abusos, pondo a nu a verdadeira fisiologia

nomia da burguesia e sua atividade contra os interesses do povo e do país.

No terreno econômico, tudo era orientado no sentido de ser absorvida a economia privada pela estatal, socialista. Para controlar economicamente a atividade dos capitalistas, o Estado manteve em suas mãos o fornecimento de matérias-primas e, simultaneamente, fiscalizava a venda da produção das empresas privadas. A venda por atacado passava às mãos do Estado. Os próprios lucros podiam também ser, assim, controlados, já que o Estado fornecia a matéria-prima e adquiria a produção resultante. Os comunistas chineses souberam utilizar os aspectos positivos da burguesia, mas ao mesmo tempo tudo faziam para desenvolver o setor da economia socialista. Em poucos anos, a economia socialista cresceu e a economia privada passou a uma posição secundária. Surgiu, então, a oportunidade de lutar pela transformação social da burguesia.

No próximo artigo, procurarei mostrar como, através do capitalismo de Estado, as empresas privadas vão sendo transformadas, com o apoio e a colaboração dos próprios capitalistas, em empresas mistas, estatais-privadas, e o governo da República Popular da China vai conseguindo reduzir a burguesia para a sociedade socialista.

Num processo gradual, numerosas empresas de capital privada foram sendo socializadas à medida que decorria o tempo após a revolução chinesa.



O HOMEM E A GEOGRAFIA

MIGUEL COSTA FILHO

Que é a geografia?
Tem esse título o último livro de Afonso Várzea, cuja bibliografia, numerosa, inclui diversos trabalhos didáticos e de outras categorias acerca daquela matéria. Ensinou-a, aliás, o autor desde a mocidade, em estabelecimentos oficiais, aposentando-se depois de um longo período de atividades em que teve ocasião de sustentar idéias próprias e se insurgir contra a instrução puramente livreca de uma disciplina que só pode alcançar a sua plenitude no contato com a natureza.

Volumes de grande formato, como «Geografia Humana» e «Geografia Física», feitos em colaboração com o saudoso José Veríssimo da Costa Pereira e «Geografia do Distrito Federal», atestam o largo e intenso labor de Afonso Várzea e a sua fidelidade à orientação que pregou na cátedra, no livro e no jornal. As suas viagens de estudos através do Brasil e de outras terras são uma prova de que os seus profundos conhecimentos geográficos não foram hauridos apenas nas páginas dos tratados e monografias de mestres renomados.

O caçula de seus livros, ao contrário dos acima citados, não ostenta um volume respeitável. É pequenino e elegante, nas suas cento e tantas páginas, nas quais, procurando responder à pergunta que o epígrafe, o autor, segundo se lê no subtítulo, reuniu «as tentativas de conceituação» da sedutora disciplina.

É, pois, um resumo, uma suma geográfica, e talvez possamos dizer, o coramento da obra longa e excelente, teórica e prática, de Afonso Várzea, no campo da geografia.

Não podendo embora fazer uma análise completa de «Que é a geografia?», por não sermos especialista na matéria, que o autor tão seguramente domina, seja-nos permitido tratar de alguns pontos em que temos opiniões discordantes.

O professor Afonso Várzea, depois de criticar o erro de se haver posto a geografia econômica a serviço da ideologia capitalista, diz que se fala atualmente em «Geografia Marxista», a rebouca de uma ideologia socialista.

«Seria repetir, em outro sentido, acrescente, o erro de fins do século passado».

Não obstante falar em transformações de estrutura que os países socialistas

estão imprimindo às comunidades humanas e à economia do planeta, o autor condena, ao que parece, o pôr-se a ciência geográfica a serviço da causa libertadora da humanidade.

Não lhe louvamos a imparcialidade com que põe em pé de igualdade as duas concepções, por não querer ver a geografia, que é a menina de seus olhos, «jungida a determinada doutrina ou a uma certa época».

Que é a geografia marxista? Que é que se pode entender por geografia marxista?

Engels, que é co-autor da filosofia marxista e que lançou com Marx os fundamentos da ciência marxista do homem, da sociedade e do mundo, na «Dialética da Natureza», procurando traçar os lineamentos da gênese do homem, de acordo, aliás, no essencial, com a teoria de Darwin, refere que é pela produção que o homem exerce a sua reação transformadora sobre a natureza. O homem imprimiu, diz, a sua marca na natureza. Removeu não somente o mundo animal e o reino vegetal; modificou também o aspecto e o clima de seu habitat e até as plantas e os animais, a tal ponto que os efeitos de sua atividade só podem desaparecer com a morte geral do planeta. Com o conhecimento cada vez mais extenso das leis naturais desenvolveram-se os meios humanos de reação sobre a natureza.

Que distância percorreu o homem desde a feitura de seu primeiro instrumento até à confecção das máquinas poderosas, dos engenhos gigantescos de que já dispõe o homem na segunda metade do vigésimo século!

Note-se bem que, segundo Engels volta a explicar, a atividade histórica essencial dos homens, a que os elevou da animalidade à humanidade e que constitui o fundamento material de todas as suas atividades, é a produção de seus meios de existência, isto é, a vida social, submetida às alternativas contraditórias da ação imprevisível de forças incontrolladas, quando não atinge, a não ser por exceção, o fim visado e realiza exatamente o contrário na maioria dos casos.

Em outra passagem, o filósofo e político alemão refuta os pontos-de-vista da concepção naturalista da história e daqueles natura-

listas que sustentavam que só a natureza atua no homem e que as condições naturais determinam sempre por si só seu desenvolvimento histórico. Essa concepção, observa Engels, é unilateral e esquece que o homem por sua vez reage sobre a natureza, modificando-a, cria para si mesmo novas condições de existência.

Exemplificando, o co-fundador da teoria do socialismo científico cita o caso da Alemanha, cuja natureza mudara muito pouco espontaneamente em face das transformações oriundas da ação do homem na superfície terrestre, no clima, na vegetação e no reino animal.

Podemos evocar um exemplo, entre tantos, no Brasil: o da devastação das matas, obra pluri-secular que se iniciou, praticamente, com a descoberta desta parte da América pelos portugueses, para não falar na ação indígena, que era esporádica. O professor Afonso Várzea alude a essa destruição implacável, indiscriminada, insensata, indagando o que resta da floresta litoral brasileira, praticamente extinta, segundo observa, entre o Rio Grande do Norte e o do Sul, por ocasião da descoberta.

Poderia ter lembrado que a mesma coisa se fez e se faz no interior de nossa pátria, desde há séculos e que essa prática, da maneira e nas proporções em que se vem fazendo, sem a defesa das fontes e das nascentes dos cursos de água, sem a poupança das reservas florestais racionalmente calculadas, e sem o reforestamento lá onde é necessário ou possível reforestar, é um atentado ao nosso patrimônio natural e favorece, aquela «evolução desértica», que o autor de «Que é a Geografia?» descobriu, por assim dizer, faz mais de três lustros, ao visitar o Nordeste, e a que se refere nesse livro, localizando as zonas que a estão sofrendo entre o soterrião de Minas Gerais e o oeste de Goiás e o centro do Piauí.

O homem brasileiro, mediante aquela inconsiderada e descomunal destruição, de nossas matas pelo fogo e pelo machado e outras práticas é, de algumas maneiras, um dos futuros daquela evolução, condicionada, é certo, por fenômenos naturais que o homem não pode evitar, consoante as teorias de cientistas brasileiros e estrangeiros.

Mas pode diminuir-lhes os efeitos, restringir mesmo o campo de sua ação, como está fazendo, ajudando aqueles e esta, agravando os malefícios das secas cíclicas que a todos nos comovem e mortificam naquelas horas trágicas em que populações inteiras de campos e povoações vagueiam esfarrapadas, famintas, desnutridas, moribundas, nos caminhos da pátria.

Vejam agora esta nota em que Engels esclarece e aprofunda o seu pensamento de geógrafo — permitam-nos chamá-lo assim: «A natureza exterior se modifica, repetimo-lo, sob a influência dos animais, do mesmo modo como pela atividade do homem, se bem que em menor proporção, e essas modificações de seu ambiente (os geógrafos de língua inglesa dizem modernamente «environment») reagem, temo-lo verificado, em seus autores (melhor fora dizer agentes), modificando-os por sua vez».

O homem marca a terra com o selo de sua vontade, o que o animal não pode fazer, observa Engels. Pelas transformações que lhe faz «sujeta-a» a seus fins, domina-a. Mas a natureza pode vingar-se. O sábio e revolucionário passa então a falar nas consequências da devastação de florestas na Europa.

Contudo, e esta é digna, a sua palavra final, definitiva, neste assunto, não há oposição entre o homem e a natureza, como não existe antagonismo entre o espírito e a matéria, entre a alma e o corpo.

Marx e Engels trabalharam juntos, no terreno das lúcias e na ação política. Dezenas de anos trabalharam em comum, fraternalmente, desde que se conheceram até a morte do primeiro, elaborando e desenvolvendo a teoria científica do socialismo, aplicando a dialética materialista a todos os aspectos da vida humana social e cósmica.

As idéias de Engels que acima expusemos são também de Marx, frutos da aplicação daquele método de interpretação e instrumento de trabalho à questão das rela-

ções do homem com a terra, com o meio em que vive, com o ambiente que o cerca.

Nelas o homem aparece como fator geográfico de primeira grandeza, como agente geográfico inteligentemente compreendido, sofrendo a ação poderosa da natureza e agindo sobre ela, por sua vez, modificando-a aproveitando-a.

«ando-lhe as vantagens, suprimindo-lhe os obstáculos, submetendo-a às finalidades humanas, em suma, humanizando-a, para empregarmos a palavra de que se serviram ou se servem Brunhes, Vailaux e outros grandes geógrafos contemporâneos.

Lembremos que o primeiro emprêgo pacífico da energia atômica em grande escala foi feito na União Soviética, para derrubar uma montanha, construir um lago e transformar em região fértil uma região desaproveitada.

Naquela grande nação e na China, outras obras de significação geográfica e social extraordinária têm sido realizadas e poderiam ser lembradas aqui, se não fosse o nosso receio de cansar o leitor.

Mas, que prova tudo isso? Que a «geografia marxista» é uma geografia humana, libertadora e científica.

Antes de concluir, porém, queremos confrontar aquelas observações de Engels, feitas na maturidade, com as idéias do jovem Marx, que eram também as suas, expostas na «Ideologia Alemã», obra comum dos dois altos pensadores, sobre a maneira de se escrever a história. Toda historiografia, disse o futuro autor de «O Capital», deve partir das bases naturais da sociedade

ANISTIA

ENEIDA

Uma revista publicou, há dias, uma notícia que dizia assim: «Francisco Sabater Liopart, «El Quico», legendário guerrilheiro espanhol que há vinte e quatro anos continuava, embora sózinho, sua luta contra as forças franquistas, foi abatido esta semana numa pequena estação perto de Barcelona. Um pelotão de carabinieri o caçava desde a noite de Natal, quando alguém denunciara sua presença na região. «El Quico» morreu de armas na mão «como um desesperado», dizem os jornais de Madrid».

Não conheço nada sobre «El Quico», mas nem por isso deixo de imaginá-lo, tão fiel às suas convicções antifascistas, tão apaixonado pela Liberdade e a Democracia que mesmo sózinho continuava lutando contra a ditadura franquista, sabendo com certeza que um homem só nada pode, mas que um homem tem obrigação, dever, de defender suas opiniões mesmo que lhe possa ser roubada a vida, o bem maior.

Penso em «El Quico» querendo passar o Natal talvez com a velha mãe, com a esposa e filhos, talvez. Esqueceu que os delatores podiam levar ao conhecimento dos seus inimigos, aquela sua presença sentimental. E foi assim que Francisco Sabater Liopart foi assassinado pelos famigerados carabinieri de Franco. Morreu como um desesperado, informa a imprensa fascista de Madrid. Não deve haver exagero nessa afirmati-

va. «El Quico» queria viver para lutar, queria continuar sua vida de homem consistente e a morte, só aquela morte por tração, deve tê-lo desesperado. Lutou muito até morrer.

Nada sei — e gostaria de saber — sobre a vida desse valoroso Francisco, mas é a sua figura que se apresenta diante de meus olhos e de meus sentimentos, neste momento em que se vai reunir, em S. Paulo, a primeira Conferência Sul-Americana pro-anistia para os presos e exilados políticos da Espanha e Portugal. É uma reunião que merece o apoio de todos nós, os inimigos do fascismo, nós que sabemos o que Portugal e Espanha representam hoje para o mundo, países de sombrias cadeias e terríveis perseguições contra homens e mulheres que amam a Democracia e a Liberdade.

Espanhóis e portugueses estão há mais de vinte anos em prisões infectas, sofrendo maus tratos, muitos deles não podendo sequer escanpar com vida. O mundo todo abriga refugiados, exilados que saíram desses países tudo deixando, inclusive família e amor pela pátria, para viver na sombra e nas incertezas. Para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal, para unir vozes e sentimentos, reunir-se-á a primeira conferência sul-americana. Apoiá-la é um dever de todos nós. Sobre ela, ensanguentada, pairará a figura destemida de «El Quico».

ACÓRDO CULTURAL BRASIL-BÉLGICA

humana. Há de estudar a constituição física dos homens as condições naturais encontradas pelos homens — condições geológicas, orohidrogeográficas, climáticas e outras — e da modificação a que a ação dos homens as submetem no curso da história.

Foi assinado, no dia 5 de janeiro, um importante acordo cultural entre o Brasil e a Bélgica.

O professor Afonso Várzea, que censura aqueles historiadores que consideram os homens como se estes não estivessem ligados ao solo e ignoram o meio natural ou o tratam como «accessório», em tom puramente literário, ao menos, neste ponto, concordará, é de crer, com a história marxista.

ciência, das letras e das artes.

O cumprimento do acordo será feito por meio de conferências, concertos, exposições, manifestações artísticas, programas de rádio, televisão e cinema, assim como pelo intercâmbio e tradução de livros, jornais e revistas.

O acordo visa promover e desenvolver, através de uma colaboração amistosa, as relações entre os dois países, no terreno do ensino, da

Será estimulado o envio, de um país ao outro, de professores das diversas categorias do ensino, pesquisadores científicos, estudantes e estagiários, artistas e representantes de outras profissões de caráter cultural ou técnico.

Serão criadas bolsas de estudo, para que os portadores de diploma de curso superior de um país possam realizar estágios de aperfeiçoamento no outro país contratante.

Com a assinatura do acordo, novos horizontes são abertos para os intelectuais do Brasil e da Bélgica.

Música Soviética Conquista os EUA

Em cumprimento do acordo firmado entre a URSS e os Estados Unidos em favor do intercâmbio cultural, seis compositores soviéticos, tendo à frente o mundialmente famoso D. Shostakovitch, estão percorrendo inúmeras cidades norte-america-

Press iniciou a sua Informação nos seguintes termos: «Um grupo de russos conquistou Louisville sem disparar nenhum tiro; fizeram-no com a ajuda da música». Em concerto realizado pela orquestra sinfônica daquela cidade, o público que superlotava o auditório da Colúmbia ergueu-se e aplaudiu decantadamente Kabalevski, que regem uma suíte de sua ópera Colas Breugnon, e Dukakievich, que dirigiu a orquestra na interpretação de seu poema sinfônico Ta-

ras Seychenko, delicado ao flustre poeta e escritor ucraniano.

Em Boston, os compositores soviéticos foram homenageados com a maior ovação até hoje recebida pela sinfônica local, Arrebatado, o público aplaudiu-os ininterruptamente durante quinze minutos.

Pela quinta vez nos 70 anos de sua existência a Orquestra Sinfônica de Boston foi obrigada a bisar uma peça. Foi ela o Largo, de Kabalevski, regida pelo autor.



D. Shostakovitch

mas, onde, em meio a enorme entusiasmo do público ouvinte, executam peças de sua autoria.

Referindo-se à atuação dos músicos soviéticos, o comentarista da Associated

Faleceu na Itália Sibila Aleramo

Aos 84 anos de idade, faleceu em Roma, no dia 13, a escritora e poetisa italiana Sibila Aleramo, vítima de um câncer no fígado que a atormentava há muito tempo.

Sibila Aleramo, que pertencia ao Partido Comunista Italiano, desenvolvia, paralelamente à realização de sua obra literária, intensa atividade política, tendo participado com destaque das lutas antifascistas em seu país, assim como do movimento mundial pela paz.

A primeira obra publicada da escritora, cujo verdadeiro nome era Rina Faccio, foi a novela *Una Donna*, em 1906. O livro obteve êxito imediato na Itália e foi traduzido em oito idiomas.

NOTAS SOBRE LIVROS

ASTROJILDO PEFEIRA

No rápido balanço da produção literária de 1959, que se fez aqui, em duas notas sucessivas, limitei-me quase que só à enumeração de autores e obras, sem maiores comentários. É claro que a enumeração, como foi feita, obedeceu a certo critério seletivo, embora sem qualquer rigorismo crítico. Mas o próprio balanço, inclusive tendo em vista o que não foi enumerado, sugere a necessidade de algumas observações acerca das principais características e tendências da produção literária em apêço.

Na prosa de ficção, apareceram três ou quatro obras fora do comum, das quais se pode dizer sem receio que vieram enriquecer a literatura brasileira. São obras de elevado conteúdo social, em íntima consonância com a realidade nacional dos nossos dias, e que se caracterizam, além disso, pelas excelências da fatura literária — cada qual à sua própria maneira, como expressão distintiva e incontundível dos respectivos autores. Essas são obras que representam a melhor, mais robusta e mais fecunda tendência da nossa literatura no momento presente. Podemos ainda avançar que elas refletem, em termos de arte romanesca, o que há de mais profundo e mais vivo na alma do povo brasileiro, e daí, precisamente, o sinal da permanência que as consagra desde já.

Outra tendência, que se vem acentuando em nossa novelística, e que em 1959 assumiu suas arestas escandalosas, é a que busca alimentar-se de frases-erres e exacerbações sexuais, que facilmente descambam na pornografia sem qualquer mérito artístico. Má tendência, já se vê, sintoma de deterioração e decadência que pode render vantagens publicitárias e monetárias, mas tudo

sofisticado, sem autenticidade e portanto sem futuro.

Na poesia deixou-nos 1959 uma nutrida meia-dúzia de obras de boa realização — e sobretudo de bom augúrio. Torna-se cada dia mais evidente o esgotamento das solitárias orgias herméticas e formalistas. As fugas poéticas já não dão mais nada. Não há mais para onde fugir. O mundo da Lua é agora um lugar acessível, tendo-se incorporado ao patrimônio de toda a humanidade. Demais disso, os fingidos desesperos e as angústias mais ou menos metafísicas já não comovem mais ninguém. Novas belezas, novas emoções, novas alegrias estão germinando e brotando das entranhas da vida contemporânea — e desafiam a sensibilidade dos poetas de hoje. Aquêles que não sentem nada disso estão irremediavelmente condenados à esterilidade e ao esquecimento.

Para os homens que se libertam, Poesia é sinônimo de Esperança. E isto é o que já encontramos, muito auspiciosamente, em alguns dos poetas brasileiros que publicaram livros em 1959.

Uma palavra sobre os poetas concretistas e neoconcretistas. Parece que os rapazes estão meio encubados, vendo diminuir de mais em mais as possibilidades de «ocupar» papel — que «já caríssimo» — com tamanhos espaços em branco. Creio que o concretismo como experiência frustrou-se. Como diversãoismo está visivelmente superado.

Relativamente à crítica literária, o saldo de 1959, foi deveras positivo, com dois ou três livros nos quais a literatura é estudada como fato histórico, em estreita conexão com a conjuntura política e social. Ainda bem. A verdade, afinal de contas, é que nem os próprios críticos escapam a tais conexões.

TEATRO

ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE TCHEKOV

A peça «AS TRÊS IRMÃS», que o TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA apresenta esta semana no Teatro Serrador, foi estrelada no Teatro de Arte de Moscou no dia 31 de janeiro de 1901. Vejamos o que nos conta sobre o acontecimento a escritora francesa Elza Triolet: «Tchekov supunha haver escrito um vaudeville; entretanto, em uma discussão sobre a peça, no Teatro de Arte, toda gente falava de «dramas» e de «tragédias». Tchekov, a princípio estupefato, entrou, finalmente, em grande cólera e deixou a reunião. Stanislavsky conta que tão logo esta terminou, precipitou-se para a casa de Tchekov, encontrando-o desgostoso e fora de si... «Ele estava convencido de ter escrito uma comédia alegre, entretanto, à sua leitura, todos haviam acolhido a peça como um drama e chorado ao escutá-la. «Revendendo-se à impressão geral, Tchekov, mais tarde intitulou de drama as «TRÊS IRMÃS», definindo a peça da seguinte maneira: «complicada como um romance e com uma atmosfera, digamos, «macabra»».

E Elza Triolet continua: «Que faria, pois, com que Tchekov pensasse ter escrito uma comédia alegre? Para além desse humorismo particular que caracteriza toda sua obra, encontraria ele elementos de comedia na distância entre as aspirações de seus personagens e sua inféria? Estes personagens que pretendem partir, em prender isto ou aquilo e, como na ópera lírica em que se canta: corramos, corramos... se movem sem sair do mesmo lugar. Mas «As Três Irmãs» não nos produzem a impressão de uma paródia: é a vida, tal como ela o foi e cuja visão não dá, de nenhum modo, vontade de rir». O assunto central da peça é o drama de três mulheres jovens, belas, sensíveis e instruídas, condenadas, por força da decadência econômica da família — em última análise, da burguesia rural que ela representa — ao marasmio da vida da província. Olga, a mais velha, faz-se professora e vai envelhecendo sem ternura, com tesouros de amor acumulados. Chieia de dignidade, é ela, com sua coragem, aquela que consegue preservar o otimismo da família que se agita entre as futilidades da província com seu destaque militar, seus romances, seus preconceitos... É o constante desejo de romper com tudo em busca de uma vida nova na Capital. Desejo que nenhuma tem força de concretizar. E os dias vão passando com suas frustrações ao lado do irmão que, ele também, sem capacidade de realizar seus sonhos de ser um grande sábio, se afunda rapidamente na vulgaridade e na preguiça. A gente acompanha com um apêto de coração e drama de cada um desses personagens — idêntico ao drama de tanta gente em qualquer parte do mundo onde tenha existido uma burguesia rural decadente. E não podemos mais que repetir com seu autor, o grande Tchekov: «eles sonham com uma vida melhor daqui a duzentos anos e não sabem sequer lutar para que esse «melhor» aconteça amanhã».

Essa a peça que o Teatro Nacional de Comédia estará exibindo esta semana.

BEATRIZ BANDEIRA

CONVOCADA A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS SERVIDORES

BARNABÉS DE TODO O BRASIL NO RIO: LUTA DECISIVA PARA CONQUISTAR CLASSIFICAÇÃO



O deputado federal Lycio Hauer, presidente da UNSP, condena manobras de parlamentares junistas na Câmara e conclama o funcionalismo a participar maciçamente da Conferência a se realizar em fevereiro.

Quase meio milhão de funcionários públicos e autárquicos de todo o país voltam-se agora para a sessão extraordinária do Congresso Nacional, na esperança de que os deputados e senadores votem, até fins de fevereiro próximo, o Plano de Classificação que vem sendo reclamado há mais de oito anos. Visando a intensificar a campanha em favor dessa velha reivindicação será promovida, nesta Capital, de 3 a 5 de fevereiro, a Conferência Nacional dos Servidores Públicos Federais e Autárquicos Pro-Classificação.

A batalha, ao que tudo indica, será dura. O DASP, velho inimigo do funcionalismo, coloca-se abertamente contra a pretensão dos servidores, procurando influenciar os parlamentares, fornecendo-lhes dados falsos sobre o montante das despesas, que acarretaria para o Tesouro Nacional a aprovação do substitutivo do Senador Jarbas Maranhão, que mais se aproxima dos interesses do funcionalismo e que tem o apoio dos "barnabés".

Muitos parlamentares, não porque estejam preocupados com a executabilidade da lei,

mas porque se beneficiam do sistema de corrupção facilitado pela falta de um plano de classificação criterioso, também procuram sabotar a votação do substitutivo Jarbas Maranhão. Esses homens, entre os quais se encontram os senadores Daniel Krieger (UDN) e Mem de Sá (PL), ambos junistas, aliam-se à áleiosa falácia do sr. Guilherme de Aragão, diretor do DASP tentando convencer o povo e os parlamentares honestos, usando truques de contabilidade, num verdadeiro ódio, visando a manutenção das injustiças nas repartições públicas, onde mais de 45% dos funcionários ainda recebem vencimentos nos níveis do salário mínimo regional.

CONFERÊNCIA NACIONAL

A Coligação das Associações Pro-Classificação, atenta às manobras do Governo contra as pretensões dos "barnabés", resolveu promover a Conferência Nacional dos Servidores Federais e Autárquicos, que se realizará nesta Capital, de 3 a 5 de fevereiro próximo, para discutir as pretensões do funcionalismo, mas porque se beneficiam do sistema de corrupção facilitado pela falta de um plano de classificação criterioso, também procuram sabotar a votação do substitutivo Jarbas Maranhão.

então o seguinte teor: 1) Das medidas práticas para a conquista urgente do Plano de Classificação de Cargos e Funções; 2) Do novo Plano de Remuneração, dentro da sistemática do Plano de Classificação; 3) Das medidas práticas a serem tomadas, caso a Classificação não seja aprovada no período extraordinário do Congresso.

G manifeste na Convocação da Conferência e assinado pelo deputado Lycio Hauer, presidente da UNSP, e pelos representantes de inúmeras outras organizações que congregam funcionários, entre as quais, os Sindicatos dos Odontologistas e dos Engenheiros do Rio de Janeiro, Associação Médica do Distrito Federal, União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, Casa da Guarda Civil, e Associação dos Escrivães de Justiça. Esse documento, que vem sendo amplamente divulgado, salienta que "em virtude dos sérios obstáculos que são opostos à conquista de uma Classificação de Cargos justa e equânime, por um lado, e, por outro, das tremendas privações por que está passando o funcionalismo, sob a sacada da mesma Classificação, e levando em conta, ainda, a grande influência que têm os colegas dos Estados sobre os seus senadores e deputados, resolveu a Coligação realizar aqui no Rio de Janeiro, de 3 a 5 de fevereiro de 1960, por ocasião da convocação extraordinária do Congresso Nacional, uma Conferência Nacional dos Servidores Federais e Autárquicos Pro-Classificação".

ATOS PREPARATÓRIOS

Os atos preparatórios da Conferência serão realizados em todos os Estados até o dia 31 de janeiro. Nesta data já deverão estar eleitos todos os delegados das Associações que congreguem servidores federais ou autárquicos para participar da Conferência Nacional. Nos lugares onde não houver organização de funcionários, ou onde as organizações existentes não se interessarem pela Conferência, poderão ser eleitos os representantes de setores de trabalho, de acordo com as normas elaboradas pela Comissão Coordenadora, que funciona na sede da Coligação das Associações Pro-Classificação, na Rua Santa Luzia, 305, 7º andar, Distrito Federal.

Os funcionários públicos e autárquicos que há mais de oito anos vêm lutando pelo

Plano de Classificação, prepararam-se, agora, para a luta decisiva. Todas as investidas dos inimigos dos "barnabés" contra a classificação, estão sendo desmascaradas pelos seus líderes. Lycio Hauer, presidente da UNSP, interpretando o pensamento de quase meio milhão de servidores, vem desfilando, na tribuna da Câmara Federal, e em todos os atos públicos de que participa, as mentiras do DASP contra o substitutivo do senador Jarbas Maranhão, que está merecendo o apoio do funcionalismo. A verdade é que, mesmo de acordo com as manobras contadas do DASP, segundo revela o deputado Lycio Hauer, o substitutivo Jarbas Maranhão elevaria as despesas para 11 bilhões de cruzeiros, o que, em números redondos, equivaleria tão somente a 6,6% do orçamento, percentagem ridiculamente

baixa, concluiu o deputado, e que ninguém de boa-fé, salvo o DASP, poderá dizer que irá liquidar com as finanças do país.

A Conferência Nacional dos Servidores Pro-Classificação será mais uma resposta às chicanas do DASP, e deverá constituir uma das mais incisivas demonstrações de unidade dos "barnabés" em torno de suas reivindicações. Como parte do programa da Conferência, já está prevista a realização de uma grande concentração na tarde do dia 5 de fevereiro, no Senado Federal, onde os representantes do funcionalismo público e autárquico de todo o país levarão aos parlamentares as suas sugestões e o seu mais veemente apelo para que votem um Plano de Classificação capaz de atender aos interesses dos "barnabés" e do serviço público, consequentemente,

AEROVIÁRIOS DENUNCIAM:

Varig Viola Acôrdo e Demite Trabalhadores

A VARIG, empresa de navegação aérea sediada em Porto Alegre, continua violando impunemente o acôrdo salarial assinado por motivo da última greve dos aeroviários, no qual ficou estabelecido que nenhum trabalhador seria punido por motivo de sua participação no movimento grevista. Quanto empregados daquela empresa, dois nesta Capital e dois em Porto Alegre, já foram jogados na rua, por haverem se solidarizado com o movimento iniciado no dia 9 de dezembro, e que culminou com a obtenção de um aumento salarial de 35%.

Os empregados da VARIG são, na prática, impedidos de se sindicalizarem. Na última greve dos aeroviários a empresa foi transformada num verdadeiro campo de concentração, obrigando os seus empregados a trabalharem sob pressão de um policiamento ostensivo.

A Delegacia de Porto Alegre, do Sindicato Nacional dos Aeroviários, numa movimentada assembléia que contou com a participação do líder Altair de Oliveira Espanha, diretor do Sindicato Nacional, condenou veementemente as atitudes das liberdades sindicais e democráticas que vêm sendo perpetradas pela VARIG, e resolveu lançar um manifesto público denunciando a traição da empresa aos compromissos assumidos com os trabalhadores e as autoridades governamentais. O Governador Leonel Bizola recebeu uma comissão de líderes sindicais que lhe foi comunicada, pessoalmente, o protesto dos trabalhadores gaúchos contra o clima de repressão existente na VARIG. O Sindicato Nacional dos Aeroviários, por outro lado, continua adotando medidas de solidariedade aos trabalhadores injustamente despedidos pelo "homem do ano" do Rio Grande do Sul.

Tecelões Cariocas Vão Eleger Nova Diretoria

Milhares de trabalhadores em têxtil e tecelagem do Distrito Federal estão convocados a participar do pleito eleitoral para renovação da Diretoria do seu Sindicato. As eleições serão realizadas durante os dias 27, 28 e 29 do corrente, e se prometem de grande importância, face aos inúmeros problemas que os tecelões cariocas terão de enfrentar no ano que se inicia. A eleição de uma Diretoria composta de trabalhadores já experientes e provedores nas lutas reivindicatórias é uma garantia para a conquista de novos êxitos. A CHAPA PREFERENCIAL

Levando em conta a necessidade de dar prosseguimento ao programa de lutas em defesa dos têxteis, que foi

iniciado com a atual Diretoria, os trabalhadores elegeram uma comissão de candidatura que, examinando a conduta dos líderes da categoria, resolveu sugerir a reeleição de Félix Cardoso da Silva e de Hercules Correia dos Reis, comprovados lutadores pelas reivindicações dos tecelões cariocas.

A chapa encabeçada por Félix Cardoso, Hercules Correia e Aíde de Almeida Rodrigues, denominada Chapa Unidade dos Têxteis, foi aprovada por mais de mil associados, em uma grande assembléia de consulta realizada na sede do Sindicato. A Chapa Unidade dos Têxteis incluí em seu programa a luta por melhores salários e pela revisão dos atuais níveis de salário mínimo; reivindicação de uma tabela padrão para o setor do algodão, outra para o setor da seda e outra para o setor da malharia; revisão da atual tabela do setor de lã; luta contra o desconto do Imposto de Renda sobre os salários. Outras reivindicações dos têxteis, entre as quais as aprovadas pela II Conferência Sindical Nacional fazem parte do vasto programa da chapa encabeçada por Félix e Hercules, que conta com o apoio da imensa maioria dos tecelões cariocas.



Félix Cardoso da Silva, um dos mais combativos líderes da categoria têxtil no Distrito Federal, candidato a reeleição a diretoria do Sindicato.

Comerciários do Rio: Aumento de 50%

Em assembleia realizada na sede do seu Sindicato, na última sexta-feira, os comerciários cariocas resolveram pleitear a antecipação do último acordo salarial que termina em 28 de fevereiro próximo, e aprovaram o início da campanha por um novo reajustamento, na base de 50% sobre os níveis salariais atuais, e a vigorar a partir de 1 de janeiro corrente.

A decisão dos comerciários foi determinada pelas pesquisas que eles mesmos realizaram sobre o crescimento do custo da vida nesta Capital, através de uma comissão competente, eleita para esse fim. A Comissão concluiu que o custo da vida, num período de apenas 8 meses, subiu em 49,7%, superando totalmente o aumento conquistado no ano findo. Daí a decisão de antecipar o término do último acordo, e de lutar por um novo reajustamento na base de 50%.

FERROVIÁRIOS NÃO RECEBEM EM DIA

Os ferroviários de Sergipe mandaram um memorial ao presidente da República protestando contra os frequentes atrasos no pagamento de seus salários e pleiteando a desoneração de um funcionário para fazer o pagamento do pessoal até o dia 5 de cada mês. O memorial, que foi entregue ao Ministro Sete Câmara pela União dos Operários Ferroviários de Sergipe, contém ainda inúmeras reivindicações, entre as quais destacam-se as seguintes: restituição do quadro do pessoal de modo a regularizar a situação de centenas de trabalhadores, alguns com mais de 30 anos de serviço sem nenhuma promoção; criação do serviço de Assistência Social; reabertura da Carreira Inobediência; reabertura da Carreira de Empréstimos, que se encontra fechada há vários anos.

RADIALISTAS PERNAMBUCANOS QUEREM REVISÃO SALARIAL

RECIFE, Pernambuco (Do Correspondente) — Mais de 700 radialistas pernambucanos continuam pleiteando do Ministério do Trabalho a revisão do salário mínimo profissional e a disciplinação das novas categorias surgidas com a ampliação das empresas de radiodifusão.

Os radialistas deste Estado, como os de todo o país, segundo informou à nossa reportagem o sr. José Xavier, presidente do Sindicato dos Radialistas de Pernambuco, continuam sendo remunerados na base da mesma tabela de salário profissional aprovada em 1945. Esse fato deter-

mina que os salários dos trabalhadores das empresas de radiodifusão sejam verdadeiramente ridículos. Em alguns lugares nem mesmo o salário mínimo regional lhes é pago.

Os radialistas pernambucanos estão dispostos a se juntarem aos seus colegas nos demais Estados e do Distrito Federal, para dar maior impulso à luta pela revisão do salário mínimo profissional, tendo em vista a deflagração de uma greve geral, caso o Governo continue a protelar, como vem fazendo até agora, a solução para as suas reivindicações.

Bancários de Garanhuns Pedem Ajuda ao FSS

Garanhuns — Pernambuco (Do Correspondente) — O Sindicato dos Bancários desta cidade acaba de enviar um ofício ao Ministro de Trabalho pleiteando a concessão de uma verba do Fundo Social Sindical, destinada a ajudar a instalação da sede da entidade. O Sindicato dos Bancários, recentemente fundado, conta ainda com um pequeno número de associados, e os seus recursos são escassos, sendo que só a partir deste ano começará a receber o Imposto Sindical.

TRABALHO ESCRAVO NA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO

A Associação Profissional dos Trabalhadores de Resende continua liderando a luta contra o sistema de trabalho escravo a que estão submetidos os 300 empregados da Fazenda São Sebastião, de propriedade da Açucareira Porto Real S.A. Os fiscais do Ministério do Trabalho, jamais se preocuparam em atender as constantes reclamações dos trabalhadores, que até hoje não receberam o salário mínimo. O horário de trabalho é de 10 horas diárias, não havendo pagamento para as horas extraordinárias. Além de pagar um salário miserável, a Fazenda São Sebastião desconta 27% pelo aluguel de pequenas chuvas obrigando ainda os trabalhadores a comprar em seus próprios armazéns onde cobra no peso e no preço das mercadorias. A Associação Profissional atende a decisão da assembléia dos trabalhadores na Fazenda São Sebastião encerrando em memória a firma empregadora, protestando contra o tratamento destinado a que estão submetidos os empregados da Fazenda, e exigindo o cumprimento da legislação trabalhista.

ENCONTRO DE JOVENS METALÚRGICOS

Com a presença de delegados eleitos em inúmeras fábricas, instalouse no dia 16 o Primeiro Encontro de Jovens Metalúrgicos do Distrito Federal e do Estado do Rio, tendo sido eleita uma Comissão Diretora. O Encontro será encerrado no dia 24, às 14 horas, no Palácio dos Metalúrgicos, com uma tarde ganante.

O Que São Paulo Necessitava

ROBERTO MORENA

Convocado pela Comissão Executiva do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo vai se efetuar, na capital paulista, nos dias 27 a 30 de abril vindouro, o Congresso Sindical Estadual. O manifesto convocatório desse importante conclave foi baseado na 1ª reunião plenária do recém-organizado Conselho Sindical dos Trabalhadores de São Paulo, realizada no dia 8 de setembro do ano passado, com a presença de 15 federações e 92 sindicatos.

Este fato tem uma significação especial. Esse certame não era somente desejado pelos trabalhadores e as organizações sindicais do Estado de São Paulo, mas de todo o país. As lutas e a unificação do movimento sindical paulista são vitais para o movimento operário brasileiro. Estado onde se encontra a maior concentração operária (sempre em constante aumento), onde, também, tem incidido uma ofensiva das forças econômicas e reacionárias, em sãdo teatro de choques entre varias correntes políticas no seio do movimento operário e sindical.

Nesse Estado não vemos como as organizações patronais (as mais poderosas e bem organizadas do país) fazem intensa propaganda nas fábricas e nos meios operários. O governo de São Paulo (o atual e o antecessor) por intermédio da Secretaria do Trabalho realiza uma política de divisão e de corrupção entre os dirigentes e militantes sindi-

cais. A Delegacia Regional do Trabalho, que pelo volume de suas atribuições também desempenha importante papel, tem sido absorvida pelas organizações patronais e, permanentemente, obedece suas ordens. Esses dois instrumentos e mais o SESI, SENAC e outros organismos procuram influir no movimento operário, criando dificuldades, divisões, desconlianças, que têm levado a choques prejudiciais a ação unida dos trabalhadores e a organização sindical paulista. Exemplo: na convocação falta a assinatura de uma importante federação, a dos trabalhadores na indústria de alimentação, cujo presidente é o Delegado Regional da CNTI no Estado.

A realização do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo vai coincidir com dois fatos de suma importância: a campanha eleitoral, que no Estado de São Paulo vai ser renhida e onde a ação dos trabalhadores vai ser decisiva, e a preparação do Congresso Sindical Nacional, decidido na II Conferência Sindical Nacional.

Esse Congresso terá que se apoiar, fundamentalmente, nas fábricas e nas concentrações operárias. Sua preparação e sua realização têm que se basear nos debates, nas opiniões dos trabalhadores, não permitir que os órgãos patronais ou governamentais influam no transcorrer de sua preparação e realização.

Aumento dos medicamentos só servirá ao frustre

Laboratórios Estrangeiros Asfixiam a Indústria Farmacêutica Nacional

Reportagem de J. MIGLIOLI

Fato que vem sendo observado com insistência é o que se refere à redução do número de laboratórios. Dos 530 em 1957 restaram 428 em fins de 1959. Todavia, não tem sido compreendida devidamente esta diminuição. Explicam-na, geralmente, pelos baixos preços dos remédios que, não proporcionando uma margem de lucro suficiente — muitas vezes acusando mesmo prejuízos —, levam ao fechamento dos pequenos laboratórios ou à sua incorporação pelos maiores. Isto, evidentemente, é verdade. Contudo, esta comprovação tem servido muito às grandes empresas, onde não existe o problema do baixo lucro. Tem-lhes servido como um forte argumento para

seu movimento pró-elevação dos preços. Assim, acusa-se a COFAP — pela manutenção do congelamento dos preços desde outubro de 1958 — como a responsável pelo desaparecimento dos pequenos laboratórios quando, na realidade, essa redução se deve à concorrência desigual imposta pelas grandes empresas. O beneficiamento dos pequenos laboratórios que servem aos grandes apenas como argumento com o aumento de preço dos produtos farmacêuticos seria, mais do que qualquer outra coisa, um benefício para os grandes laboratórios. É o que é muito mais grave: a quase totalidade destes últimos é dominada pelo capital estrangeiro.

cruzeiros em 1952 para 533 milhões em 1957. Capital de giro em 1957: 726 milhões de cruzeiros. Suas vendas passaram de Cr\$ 303 milhões em 1953 para Cr\$ 875 milhões em 1959.

2) **Silva Araujo Roussel S. A. (SARSA)**, do setor francês. Ligações: Laboratórios de Chimio-farmacopie, Usines Chimiques des Laboratoires Français, Société Française de Peniciline, Institute de Serotherapie Homeopathique. Capital mais reservas: Cr\$ 130 milhões em 1952. Cr\$ 485 milhões em 1957. Capital de giro em 1957: Cr\$ 380 milhões. Vendas: Cr\$ 267 milhões em 1953. Cr\$ 897 milhões em 1959.

3) **Pfizer Corporation do Brasil, norte americana.** Ligações: Chas. Pfizer Co. Inc. Associada no Brasil; Laboratório Pfizer S. A. Capital mais reservas: Cr\$ 2 milhões em 1953. Cr\$ 321 milhões em 1957. Capital de giro em 1957: Cr\$ 601 milhões. Vendas: Cr\$ 112 milhões em 1953. Cr\$ 720 em 1959.

4) **E. R. Squibb & Sons — Prod. Químicos, Farmacêuticos e Biológicos,** norte americana. Agências: Matheson Chemical Corp., Squibb Matheson International. Capital mais reservas: Cr\$ 536,5 milhões em 1956 e Cr\$ 587,5 em 1957. Capital de giro em 1957: Cr\$ 872 milhões. Vendas: Cr\$ 231 em 1953 e Cr\$ 670 em 1959.

5) **Indústrias Farmacêuticas Fontoura-Wyeth S.A., americana.** Agências: com a American Home Products e Wyeth com a família Fontoura. Capital mais reservas: Cr\$ 20 milhões em 1952 e Cr\$ 227 milhões em 1957. Capital de giro: Cr\$ 95 milhões. Vendas: Cr\$ 139 milhões em 1952 e Cr\$ 630 milhões em 1959.

6) **Química Rhodia Brasileira, setor francês.** Ligações: Usines Chimiques Rhodo-Poulenc e Gilei, Associadas no Brasil; Brasileira Rhodiaca S. A., Rhodia de Raton S. A., Vallere S. A. Capital mais reservas: Cr\$ 331 milhões em 1952 e Cr\$ 1.295 milhões em 1957. Capital de giro em 1957: Cr\$ 187 milhões. Vendas: Cr\$ 167 milhões em 1952 e Cr\$ 610 milhões em 1959.

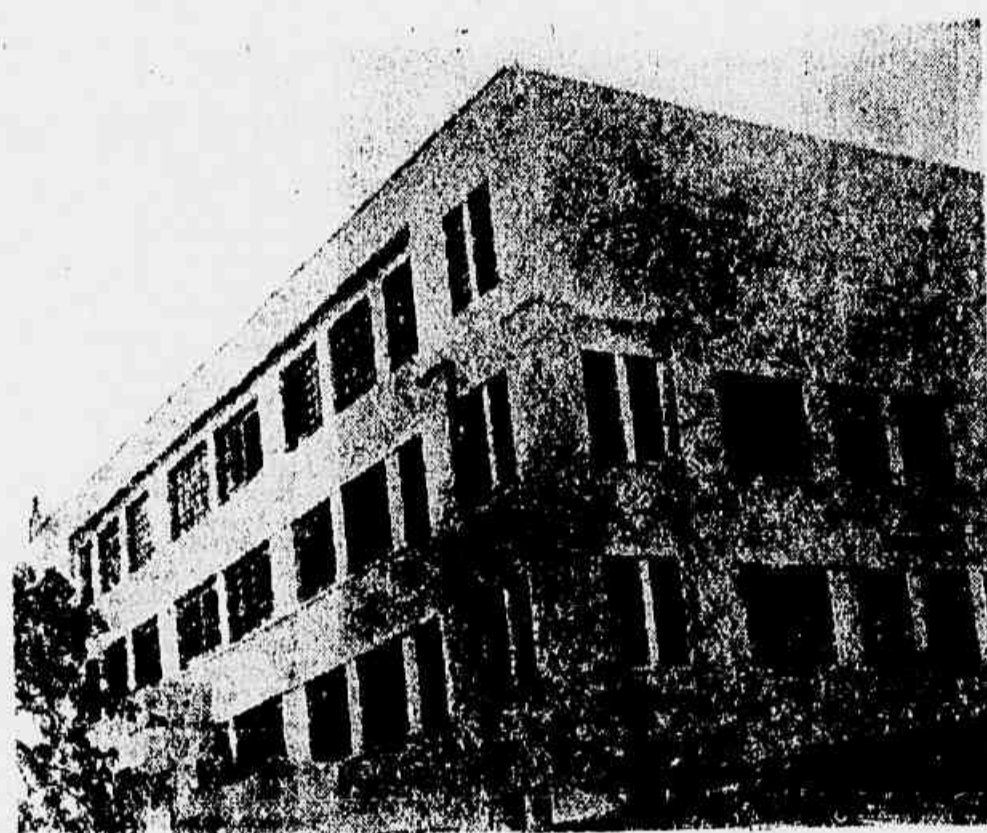
7) **The Sidney Ross Co., americana.** Ligações: Wyethon Products do grupo da Sterling Drugs no qual controla também a COFAP e a Uniba. Capital mais reservas: Cr\$ 91 milhões em 1951. Cr\$ 486 milhões em 1957. Vendas: Cr\$ 717 milhões (1957). Vendas: Cr\$ 181 milhões (1953) e 590 milhões em 1959.

8) **Produtos Químicos Ciba, do setor suíço.** A matriz é a Ciba A. C. de Basileia. Capital mais reservas: Cr\$ 89,5 milhões em 1949 e 408 milhões em 1957. Vendas: 136 milhões em 1953 e 480 milhões em 1959.

9) **Laboratórios Parke Davies Ltda., norte-americano.** Ligações: Parke Davies Co. e Parke Davies International Corp. Capital mais reservas em 1953: 125 milhões; capital de giro: Cr\$ 263 milhões. Vendas: Cr\$ 133 milhões em 1953 e Cr\$ 412 milhões em 1959.

10) **Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S. A., suíço.** Ligações: com a La Roche através de subsidiárias: Droga S. A. de Montevideo, Hollmann-La Roche Inc. de Nova Jersey e Sappo Corp. do Panamá. Capital mais reservas: 46 milhões em 1952 e 104 milhões em 1957. Capital de giro: 125 milhões (1957). Vendas: Cr\$ 192 milhões em 1953 e 410 milhões em 1959.

Cada uma das dez maiores empresas são, totalmente



Parke Davis, um dos 10 grandes laboratórios americanos que operam no Brasil.

CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

Ao se manter este processo, tomemos, dentro de alguns anos, toda a atividade de produção farmacêutica concentrada em um número reduzido de empresas. Interessante para se observar, todavia, é que, no setor farmacêutico, mesmo nos Estados Unidos, onde a centralização do capital se encontra altamente realizada, podendo-se constatar que poucos são os setores de sua economia que já não estejam dominados por reduzidos grupos capitalistas — mesmo ali, a atividade farmacêutica não chegou a formar monopólios extremos. No Brasil, também, parece difícil que o setor farmacêutico, acompanhando o processo americano, alcance uma centralização grandiosa, com muito maior razão do que nos Estados Unidos, visto que aqui concorrem ainda

grandes empresas de outras procedências, como as francesas e suíças principalmente. Mas isto não elimina a possibilidade dos conhecidos acordos entre grupos de laboratórios, o que reduziria tremendamente o mercado de concorrência, sem lazaros dos domínios regionais, isto é, a divisão de regiões por grupos produtores. Duvidamos mesmo que ainda não existam aqueles acordos.

Devemos observar também a iniciada integração vertical das empresas farmacêuticas: além da manipulação dos remédios começaram já a produzir as matérias-primas que lhes são necessárias. Dessa produção básica, registramos o ácido acético-salicílico para as aspirinas, antibióticos, sulfas, hormônios, Vitaminas, sôros, fermentos, sais minerais.

OS MAIORES LABORATÓRIOS SÃO ESTRANGEIROS

A centralização do capital, geradora do monopólio por si mesma se constitui num malefício para a economia. Muito mais grave se nos apresenta essa centralização quando de empresas estrangeiras. E são estas as que dominam nosso mercado de remédios. Das 54 empresas que parti-

cipiam com 82% da produção, segundo dados do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro, de agosto de 1959, podemos constatar que a esmagadora maioria delas (mais de 40) é estrangeira. Damos, a seguir, uma relação dessas maiores empresas.

AS DEZ MAIORES

1) **Laborerápica Bristol S. A. — Ind. Química e Farmacêutica,** do setor norte-americano. Seu capital se divide 50% da Bristol Myers do Brasil, 30%

da Bristol Laboratories proprietária de 50% da Bristol Myers e 30% do grupo Oliveira Dias. Seu capital mais reservas cresceram de 79,5 milhões de

7) **The Sidney Ross Co., americana.** Ligações: Wyethon Products do grupo da Sterling Drugs no qual controla também a COFAP e a Uniba. Capital mais reservas: Cr\$ 91 milhões em 1951. Cr\$ 486 milhões em 1957. Vendas: Cr\$ 717 milhões (1957). Vendas: Cr\$ 181 milhões (1953) e 590 milhões em 1959.

BREVE HISTÓRIA DOS LABORATÓRIOS ESTRANGEIROS

O início do grande desenvolvimento do setor farmacêutico no Brasil pode ser situado em 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, quando seu controle passou da capital alemão para o norte-americano. Este encontrou aqui um campo econômico desprotegido e quase penúria grande empresa nacional que lhe pudesse fazer concorrência. No princípio, sua ação se limitava quase que somente ao comércio de companhias estrangeiras, servindo como intermediária das vendas dos medicamentos produzidos em outros países. Cometeram-se posteriormente que o Brasil oferecia um mercado compensador e que para melhor aproveitamento dele tornava-se necessário produzir aqui mesmo. Não se tem notícia de uma grande empresa que poderia ser conseguida através de empréstimos e subscrições, como tem, realmente, acontecido. Algumas companhias procuraram se associar a

uma grande grupo brasileiro, como é o caso da American Home Products com a Fontoura e da Bristol com o grupo Oliveira Dias, mantendo, no entanto, o monopólio — por razões óbvias. Além das vantagens econômicas diretas desta associação, tinham ainda maior importância a política.

Em junho de 1955, os laboratórios Bristol ganharam, como todas as empresas estrangeiras, a Instrução 113 da SUDOC, que deixava as filiais para incrementar suas importações, enquanto os nacionais, aguardando de possibilidades semelhantes não podiam retirar sua importância — o que colocava os primeiros em evidente superioridade técnica favorável ao incremento da produtividade, da redução do custo de produção e, mais favorável à segurança dos nacionais no mercado competitivo.

REMESSA DO CAPITAL BRASILEIRO

O constante envio do capital brasileiro para os países de origem das companhias estrangeiras e o maior dano que estas podem fazer a nossa economia, pela descapitalização e transferência das possibilidades de desenvolvimento.

O meio mais usual de envio de capital, empregado pelos laboratórios, é o que se realiza sob a forma de royalties. Pôsto que nossa legislação limita a 8% a remessa de lucros, as companhias procuram colocar todos seus processos de produção, marcas, patentes, nomes comerciais, siglas, etc., sujeitos à taxa de uso, o royalty. Constatando-se o quanto os laboratórios são míopes em

para esses produtivos, fórmulas, nomes, etc., pode-se imaginar o abuso que fazem do royalty.

Também a importação de maquinarias e matérias-primas para nossa indústria de drogas representa um grande peso negativo em nosso comércio internacional. Em 1958, nossas importações de produtos químicos e farmacêuticos alcançaram o valor de 132 milhões de dólares, equivalentes a cerca de 10% do total. (Conjuntura e Desenvolvimento, n. 12 de 1959). Nenhum mal haveria se essas importações fossem para a indústria nacional, mas, na realidade, vêm beneficiando principalmente a expansão do setor estrangeiro.

E O AUMENTO?

O aumento dos preços dos medicamentos não viria, de maneira alguma, resolver o problema dos laboratórios, realmente, não elonab. Evidentemente, apenas a margem de lucro. E a alta dos preços empurra a custo dos produtos farmacêuticos. A maioria dos laboratórios estrangeiros, porém, não impede o avanço aniquilador das companhias estrangeiras, imensamente capitalizadas e dispostas a dominar totalmente nosso mercado,

dispostas a expellir dele por meio de uma concorrência desigual, essas mesmas empresas que lhes servem agora, em seu movimento alibista, de cangalhões.

A boca das companhias estrangeiras é inmensa. Não só a nível de preço, mas a nível de quantidade. A COFAP, porém, se constituiu em obstáculo para elas. E acalhamos mesmo que a COFAP não se dispôs a sê-lo. De que resultará terem os trabalhadores de sofrer mais um assalto em sua economia.

NOTA ECONOMICA

A "Nacionalização" da ESSO

A imprensa dita esdrúxula divulgou com grande estralalhaco a notícia da nacionalização da Esso. O Jornal do Brasil chegou a lançá-la em sua grande manchete de primeira página. Como os títulos carregados de tinta geralmente são, no deveriam ser, destinados as notícias de excepcional significação para a coletividade, a grande publicidade brasileira está sendo levada a acreditar que se trata de uma verdadeira nacionalização da filial brasileira do maior grupo do cartel internacional, montado para o petróleo.

Ora, não se sabe onde se e a que se pode recorrer — por nacionalização — o processo pelo qual uma empresa, antes americana pelo capital estrangeiro, não passa a pertencer ao capital nacional de seu país e que se pode fazer através de uma simples compra ou decreto que venha a ser assinado pelo grupo Standard Oil no qual pertencem a Esso, isto até hoje se aconteceu duas vezes em todo o mundo, no México e na Itália. Mas o grupo não poderia que não tivesse país que a havia expulsado de seu território, ou proutreia uma guerra sangrenta com o Paraguai, e depois muito o prêmio Governo, a ponto de conseguir voltar e formar-se — não em verdadeira pátria no Governo.

Tudo vem de que os jornais a saída da

imperialismo encontram na lei brasileira um pretexto para estabelecer confusões desse tipo, o conceito popular e universal de nacionalização que damos acima, não encontra lugar na lei brasileira. Para esta, uma sociedade anônima que pretenda apresentar-se como brasileira apenas precisa apresentar às autoridades uma documentação provando que ela tem estatuto: que tem sua sede no território nacional; que a atividade a que ela se dedica tem amparo legal; que tem um número de sócios acionistas — nada impedindo, contudo, que um deles possua — 99,999% — das ações e seja estrangeiro; que o seu capital está integralizado na forma declarada nos estatutos; e, finalmente, através de ata correspondente que uma assembleia de acionistas resolve constituir a empresa brasileira.

Assim, a palavra nacionalização perde todo o seu sentido original. A filial de uma empresa sediada no estrangeiro, para "nacionalizar-se", apenas precisa mudar de nome e arranjá-la deza de "sócios-brasileiros" que consistam em apresentar-se como tomadores de ações simbólicas. Mas a antiga matriz conserva todo o controle sobre a empresa, pois conserva toda a direção e praticamente todo o capital em suas mãos. E os lucros, que antes eram remetidos da filial para a matriz, passam a ser remetidos pela empresa ao seu grande acionista, com as mesmas facilidades de câmbio. Tampouco quanto

ao pagamento de impostos há qualquer diferença na situação.

Se ainda pudesse parar qualquer dúvida, nessa questão, a própria direção da Standard Oil, nos Estados Unidos, se encarregaria de eliminá-la. A Associated Press divulgou, na dia 15, um telegrama datado de Nova York, com declarações atribuídas a um porta-voz da Standard Oil, segundo as quais "a criação da Esso Brasileira de Petróleo não muda o fato de que esta firma continuará uma divisão de propriedade exclusiva da Standard Oil".

Aparentemente, portanto, nada muda com a nacionalização. Mas só na aparência, porque a empresa, além de conservar todos os privilégios que tinha, ganha outro, que não tinha: a nacionalização, ela pode recorrer ao mercado interno de capitais, para seus investimentos, colocando nele ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias de acionistas. Isso, e a esperança de que a farsa da nacionalização) diminua em alguma coisa o efeito, sobre elas, da hostilidade popular contra o capital imperialista estrangeiro, é o que tem levado algumas grandes empresas estrangeiras no país a vestirem-se da roupagem legal de brasileiras. E' este o caso, especialmente, da Licht, que está nacionalizando todas as suas empresas no Brasil. E, até certo ponto, é o caso da Esso.

Até certo ponto, porque a Esso tem uma

vantagem suplementar, que a Licht não tem. Ela poderá participar de uma das empresas que vão explorar o petróleo da Bolívia, ao ir ela mesma explorar esse petróleo. Isso foi lembrado pelo deputado Gabriel Passos, em entrevista que sobre o assunto deu ao Jornal do Brasil e provavelmente será o maior prejuízo que esta nacionalização trará para o país. Com efeito, o favorável acordo de Robore, cujo caráter entreguista é ainda agravado pela interpretação que lhe dão os entreguistas do Conselho Nacional do Petróleo, admite que as empresas concessionárias na Bolívia sejam constituídas por empresas jurídicas brasileiras, e qualquer triste imperialista nacionalizado nos moldes da Esso preenche esta formalidade.

Assim, o Brasil, que tem a Petrobrás, assegura a construção de um conduto ligando a Bolívia ao porto de Santos, para que toda o petróleo produzido naquele país possa ser exportado através do território nacional; além disso, assegura às empresas que vão explorar o petróleo boliviano o fornecimento de 100 mil barris diários de petróleo para o consumo interno do nosso país, a um e quase a metade de todo o consumo atual deste combustível no país; e depois permite à Esso o gozo de todas estas vantagens. Prepara a cama para a Esso, no quarto da Petrobrás. Se isto já não é um tomba no monopólio estatal do petróleo, nada mais o será.

Dessa resultam, para os nacionalistas, a necessidade urgente de apoiar e levar adiante a iniciativa do deputado Gabriel Passos, no sentido de que o Congresso Nacional denuncie este criminoso acordo de Robore.

R. A.

Alegações Finais da Defesa de Prestes

Subscritas pelos advogados Sinval Palmeira, Francisco Chermont, Osmundo Bessa e Benedito Calheiros Bonfim, foram entregues ao juiz José Monjardim Filho, titular da Terceira Vara Criminal, as alegações finais de defesa de Luiz Carlos Prestes e outros cidadãos, no processo que lhes está sendo movido naquela vara criminal. Tratando-se de documento do mais alto interesse para a vida democrática em nosso país, NOVOS RUMOS inicia nesta edição sua publicação, na íntegra:

ALEGAÇÕES finais de Luiz Carlos Prestes, Francisco Gomes, João Amazonas, Agostinho de Oliveira, Amarílio de Vasconcelos, Agliberto Vieira de Azevedo, Maurício Grabois, Pedro de Car-

valho Braga, Alvaro Ventura, Hermes Cairns, Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e Claudino José da Silva, na ação penal que lhe move o Ministério Público, por esse juízo.

Para bem situarmos a questão penal em discussão nesses autos, é indispensável fixarmos algumas noções básicas e essenciais. Em primeiro lugar um exame do conteúdo da acusação, da natureza do suposto ilícito penal atribuído aos acusados. Em segundo lugar o exame desse ilícito penal no tempo, isto é, quando instaurada a ação penal e quando vai ser julgada. Assim, para que se tenha um julgamento certo sobre a relação entre o fato e a imagem jurídica que do mesmo se faz no meio. Seria a tipicidade, tão discutida no Direito Penal Contemporâneo, aplicada ao chamado delito político. Essa norma de estudo do processo cresce de valor quando se sabe que estamos diante de um delito político típico, no ângulo do delito de opinião.

Ora, M.M. dr. Juiz, o delito político não existe isolado, em tese, resulta sempre de condições sociais, econômicas e políticas da sociedade em que o fato se produz. O mesmo fato que constitui grave crime político num Estado de tipo ditatorial, sem limitações ao quantum despótico do Poder, num Estado de Direito seria normal exercício de uma prerrogativa constitucional. Um exemplo simples pode ser dado com a comparação entre o Brasil e Portugal, na apreciação do caso Delgado. No Segundo Congresso de Criminologia Latino-Americano de 1941, no Chile, se proclamou que a noção do delito político não pode fugir a um critério subjetivo, tendo em conta o móvel determinante dos fatos que visem atentar contra a organização ou o funcionamento do Estado ou contra a organização social. Dentro dessa tese vitoriosa do Direito Penal Latino-Americano, cumpre-nos discutir o presente processo.

A acusação

Originou-se a ação penal de uma representação do então Ministro da Justiça contra o Senador Luiz Carlos Prestes, em virtude de entrevista que dera ao Jornal «Tribuna Popular». Nessa entrevista Prestes teria infringido o art. 3.º inciso 24 do Decreto-Lei 431, provocando por meio de palavras, desprezo, prevenção ou hostilidade contra as forças armadas; teria violado o inciso 25 da mesma norma penal, injuriando os Poderes Públicos e estaria, ainda, sujeito às penas do inciso 9 — 1.ª parte combinado com o art. 8.º, por ter feito propaganda contra a Segurança do Estado.

A essa representação se veio acrescentar, como peça acusatória, um manifesto de janeiro de 1948, lançado por Prestes em nome do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, manifesto de críticas ao Governo de então, e que foi publicado pela imprensa e lido da tribuna da Câmara Federal. Baseado nessas duas peças, o Ministério Público ofereceu denúncia fundada na chamada Lei de Segurança, Decreto-Lei 431.

- a) — do artigo 2.º, inciso 4 — «Tentar com auxílio ou subsídio de Estado Estrangeiro ou Organização de caráter Internacional, a mudança de ordem política ou social estabelecida na Constituição»;
- b) — do inciso 5 — «Tentar se apossar do poder para implantar a ditadura de uma classe»;
- c) — do art. 3.º, inciso 8 — «Dirigir o

- d) — do inciso 10 — «Incitar o ódio contra as classes sociais»;
- e) — do inciso 12 — «Incitar à greve»;
- f) — do inciso 15 — «Incitar a animosidade contra as classes armadas, por injúrias a generais»;
- g) — do inciso 24 — «Incitar o desprezo às forças armadas, por chamar de fascistas alguns generais»;
- h) — do inciso 25 — «Injúrias a agentes do Poder Público».

Essa é a acusação. — O Ministério Público ofereceu, como começo de provas, um inquérito policial, propondo-se a fazer prova bastante na formação da culpa, tendente a demonstrar que o Partido Comunista era dirigido de Moscou, que Prestes é agente da U.R.S.S., que existe uma União Esclava e uma Confederação dos Trabalhadores da América Latina, como prova de ser o Partido Internacional, e que todos os Partidos Comunistas do mundo lutam pela subordinação à U.R.S.S. e ao dr. Promotor, a outras afirmações de mesma natureza como de que o Partido usava emblemas e bandeiras da URSS e que Prestes teria afirmado colocar-se ao lado da URSS no caso de uma guerra en-

Íntegra do documento encaminhado pelos advogados Sinval Palmeira, Francisco Chermont, Osmundo Bessa e Benedito Calheiros Bonfim ao juiz Monjardim Filho



tra esse país e o Brasil.

O processo se estende em 12 volumes e a síntese dessa discussão judiciária em que o historiador do futuro encontrará valiosos subsídios para o estudo de nossa história político-constitucional, a síntese está feita de forma inexcelável por V. Exa., no relatório que antecedeu seu despacho histórico revogando a prisão preventiva. Os advogados que estas alegações subscrevem pedem vênia para adotar aquele relatório, como exposição lúcida dos fatos e incidentes do processo.

A entrevista

Comecemos pela primeira peça da acusação, relativa, tão somente, a Prestes, senador que concedera a entrevista. Sobre o ranço da ditadura fariam um Ministro da Justiça representar contra um senador, como tentando subverter a ordem, através um pronunciamento pela imprensa.

Basta ler o art. 44 da Constituição:

«Os deputados e os senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos».

E é só — O Senador Luiz Carlos Prestes em entrevista a um jornal diário teria proferido palavras consideradas ofensivas ao Governo, tentando o promover o desprezo ou a prevenção contra as forças armadas e teria feito propaganda contra a Segurança de Estado. A denúncia diz que esses «crimes» foram cometidos por palavras; sim, as palavras da entrevista. Mas a Constituição, Lei Maior, assegura ao senador imunidade por suas opiniões, palavras e votos. Parece

por demais claro para insistirmos, que a denúncia não pode ser levada a sério quando pretende caracterizar crime em palavras proferidas por senador da República, no exercício do mandato.

Como Prestes esclareceu a V. Exa. em seu último depoimento, a linguagem parlamentar, em qualquer país do mundo, às vezes passa os razoáveis limites da ponderação, do exato julgamento. Mas é fato do processo político cotidiano e que nunca poderia constituir delito, sem a completa liquidação das instituições parlamentares. Claro é que nos autos de nossas Câmaras se encontrarão, a cada página, mais vigor e agressividade do que na entrevista do Senador Luiz Carlos Prestes. Mas isso seria outro problema, o estudo da linguagem parlamentar na história republicana. No caso, não poderia haver crime, face à imunidade assegurada no art. 44 da Constituição.

O manifesto

O suposto delito se reduz ao Manifesto de janeiro de 1948. O dr. Promotor, já falecido, fez desse processo a razão de sua vida. Lamentavelmente essa vida foi ceifada muito cedo, por cruel moléstia, não lhe dando a oportunidade de uma preciosa experiência no trato dos problemas penais. O dr. Promotor de tal forma empolgou-se com a acusação, que perdeu a medida da realidade, deixou de fazer prova do suposto delito e se lançou num processo histórico e universal do movimento operário internacional. Vivemos num regime democrático onde as opiniões são respeitadas e por elas ninguém deve sofrer sanções. O dr. Promotor poderia,

pois, pensar os pensamentos mais monstruosos sobre a filosofia marxista ou sobre o movimento operário, poderia ter sobre a União Soviética a opinião mais demolidora, o próprio Juiz e até os advogados poderiam incorrer nesse desvio de julgamento, mas o objeto da ação penal é muito diverso e limitado. Cumpria provar que os acusados cometeram crime, substancialmente que tentaram pela violência mudar a forma de regime político ou social. O fato de serem comunistas não lhes poderia acarretar penas ou vexames, porque a Constituição da República reza em seu artigo 141 inciso 8.º:

«Nem motivo de convicção política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos».

Assim é nossa democracia. O dr. Promotor poderia ser um fanático do anticomunismo, como foi, secretário da chamada Cruzada Anticomunista, como foi, igualmente, poderia, no entanto, no exercício da mesma prerrogativa constitucional, ser comunista, e por tal não seria privado de nenhum de seus direitos. Como anticomunista de convicção não seria lícito, por certo, ao dr. Promotor, usar a função do Ministério Público, a que foi chamado de Alta Magistratura, para um processo inquisitorial contra o pensamento político de tanto o alfião. Não. Haveria que pesar os fatos e construir a acusação à base da prova colhida na instrução criminal, sem perder de vista a lição do Congresso de Criminologia do Chile a que nos referimos. Fosse o dr. Promotor comunista, aceitasse a filosofia e a prática marxista e não teria o direito, igualmente, de se valer dessa arma científica, sem dúvida respei-

tável, para transformar em criminosos probos cidadãos que, apenas, por convicção certa ou errada, fôssem inconciliáveis adversários de seu pensamento político. Ninguém é dono da verdade nem existe uma verdade eterna e absoluta.

Esse é o erro essencial do Ministério Público. Pretendeu um processo universal e histórico. Já era delírio de grandeza. Teremos que julgar um processo brasileiro, um processo político, que resultou de opiniões através um manifesto que circulou legalmente pela imprensa e pela tribuna parlamentar. Não se poderia tentar subverter a ordem com pronunciamentos de imprensa. Ainda recentemente o Colendo Supremo Tribunal, no caso do «Diário de Notícias», considerou por 5 votos contra 4, que se pode, em verdade, pela imprensa infringir a Lei de Defesa do Estado, nunca, porém, afirmaria a Excelso Pretório que pela imprensa se muda violentamente a forma de governo. Merece, no entanto, registro o fato auspicioso de quatro Juizes do Excelso Pretório sustentarem a tese democrática defendida pelo «Diário de Notícias», de que, pela imprensa, se cometem delitos de imprensa e não delitos políticos. Impressionado com o processo contra aquele diário, o eminente deputado Seixas Dória apresentou projeto de revogação da Lei 1802, cuja justificativa plânta raízes no pensamento liberal dos nossos primeiros ensaios de constitucionalismo, honra dos fundadores do Império, para usar a denominação da saudada Otávia Tarquinia de Souza. Em outro lado, assinava o ilustre parlamentarista brasileiro que a verdadeira lei de defesa do Estado é a Constituição e que as leis penais e de processo penal vigentes em um Estado contra os criminosos. Lei de Segurança, eu o que outro nome tenha, é lembrança da ditadura e por isso mesmo a Chile vem de revogar a que foi vigente naquele país durante tantos anos.

Mas voltemos à análise da acusação. A primeira acusação é de tentar mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição e com auxílio de Estado Estrangeiro ou organização de caráter internacional. Em primeiro lugar, força é ressaltar que se trataria de tentativa, como expressou a denúncia. Ora, é elemento que a tentativa só se caracteriza penalmente, pelo começo de execução, abstando essa por ação estranha ao crime. O manifesto de janeiro de 1948 teria chamado à insurreição no Brasil, insurreição que não vingou apesar das orientações. Não seria preciso comentar tamanho disparate. Onze anos decorreram desse manifesto. Quatro Governos se sucederam no Poder e o atual, com apoio ostensivo e militante das acusações, os mermas que estavam em processo insurrecional quem teria impedido que a tentativa se transformasse em delito consumado? Não diz o Ministério Público. Destilava-se, pois, a tentativa, fruto exclusivo da fantasia do dr. Promotor. Mas o delito se caracterizaria, nos termos da Lei, como o auxílio estrangeiro. Que prova se fez desse auxí-

lio? Nem haveria como nem seria possível provar o que não existe. Para prova o dr. Promotor invoca a existência de uma Confederação dos Trabalhadores da América Latina, presidida por Lombardo Toledano, que, por acaso, nunca foi comunista e a Confederação é organização sindical que nada teve com o Partido Comunista do Brasil ou com os acusados. O dr. Promotor invoca uma chamada União Esclava existente, então, em São Paulo. Mas essa União não tinha nada a ver com os acusados, que são brasileiros e não sabiam, sequer, da existência da mesma. O auxílio estrangeiro estava, apenas, na cabeça, ou melhor, nos cofres da Cruzada Anticomunista.

Sim, M.M. dr. Juiz, porque o anticomunismo é negócio rendoso em muitos cantos do mundo. Muitos dos acusados, em particular Luiz Carlos Prestes, participaram da elaboração da Carta Magna da República e todos têm defendido contra as agressões do Poder Político. Daí o presente processo. Longe de resultar a ação penal de ofensa ao regime constitucional, na verdade se origina da luta democrática dos acusados contra os atos do Governo Ditador, atentatórios da Constituição. O Manifesto de janeiro de 1948 é uma denúncia de ilegalidades, denunciaria certamente em termos duros, mas compreensíveis na expressão de homens que vinham de ser esbulhados em seus direitos, destituídos de postos a que chegaram pela suficiência de seus concidãos, em eleições livres e democráticas.

Não estavam os acusados tentando mudar o regime, estavam procurando alertar o povo contra a mudança do regime, a mudança para a ditadura, que no passado nos aviltara e oprimira. Se os acusados não tentaram mudar o regime, é óbvio, cairá também a segunda acusação, de haverem tentado implantar uma ditadura de classe. Ora, M.M. dr. Juiz, isso chega a comédia. Um Manifesto de crítica a certos agentes do Poder e de chamamento à União dos Democratas, poderá, por si, expressar o começo de uma revolução proletária?

A Lei 1802 cogita de crime de tentar por meios violentos subverter a ordem. Então, o Manifesto em causa seria um meio violento de subverter a ordem política ou social? A palavra pode ser violenta, mas nunca de violência de derrubar uma classe no Poder. Uma classe no Poder cairá através um processo histórico revolucionário, que poderá ser insurrecional ou pacífico, tais sejam as circunstâncias no tempo e no espaço. Mas esta mudança não resultará nunca de um Manifesto. A denúncia diz que os acusados querem derrubar o Governo. Mas que governo? O que aí está foi eleito com o concurso dos acusados. Então é a história desmentida a acusação.

(Conclui no próximo n.º).

Campanha eleitoral em marcha

Unidade Popular no Equador Para Enfrentar Reação

Desenvolve-se atualmente no Equador uma vasta campanha no sentido da vitória de uma coligação anticonservadora nas lutas eleitorais pela presidência do país em junho próximo. Na cidade de Riobamba, capital da província de Chimborazo e um dos maiores centros do país, formou-se, por iniciativa popular, a Unidade Democrática de Chimborazo, englobando a participação de dirigentes e militantes de todos os partidos da oposição, o Liberal-Radical, o Socialista, o Comunista e a Concentração de Forças Populares, além da Confederação dos Trabalhadores do Equador.

vastos setores populares, inclusive da burguesia nacional equatoriana, resolveram prosseguir a luta por uma candidatura independente, a ser escolhida em ampla reunião popular.

PROGRAMA POPULAR

As camadas populares equatorianas se manifestam claramente pela derubada da oligarquia reacionária social-cristã, ou pela simples substituição dos atuais governantes por representantes da oligarquia infiltrados no Partido Liberal-Radical, como Galo Plaza, que pretende ingressar nesse partido para garantir o apoio à sua candidatura. Três anos de governo de Ponce demonstraram o que poderá os equatorianos esperar de um governo conservador: mais fome, desemprego e crise; homens do povo, estudantes e trabalhadores massacrados em Portoviejo e Guayaquil durante as manifestações estudantis e populares do ano passado; índios assassinados em Otavalo; e individualismo do país; alienação da soberania nacional, como ocorre hoje em relação à

A coligação das forças populares no sentido de impedir a continuação no poder da oligarquia de Ponce Enriquez ou de sua substituição apenas nominal vem sendo defendida pelo Partido Comunista do Equador desde junho do ano passado, ganhando daí para cá o apoio das grandes forças populares do país, apesar da resistência da cúpula do Partido Liberal, que se apega à candidatura supostamente anticonservadora de Galo Plaza, ex-presidente do Equador e membro da oligarquia ligada ao imperialismo. A resistência da cúpula liberal se manifestou nitidamente na recusa da direção do partido em participar da reunião dos dirigentes oposicionistas realizada em Riobamba, apesar do apoio de sua seção local à Unidade Democrática de Chimborazo.

UNIDADE DEMOCRÁTICA

Apesar das provocações que o governo de Ponce Enriquez, que tentou perturbar a reunião e criar um clima de terror para prejudicar a reunião, os dirigentes oposicionistas Pedro Antonio Saad, do Partido Comunista, Guillermo Jaramillo Larrea, do Partido Socialista, Carlos Guevara Moreno, da Coligação de Forças Populares e Victor Zúñiga, presidente da Confederação de Trabalhadores do Equador concordaram em unir suas forças e trabalhar no sentido da formação de uma frente única para derrotar a oligarquia social-cristã.

Os líderes dos partidos de esquerda alistaram as manobras existentes para fazer passar a candidatura de Galo Plaza como anticonservadora. Desmascararam a posição de Galo Plaza quer antes de seu mandato presidencial, quando defendeu na Câmara dos deputados o projeto de Velasco Ibarra, atualmente candidato de Ponce Enriquez, de entrega das Ilhas Galápagos aos americanos, traçosamente derrotado pelo parlamento; quer durante seu mandato, quando assinou o tratado militar com os Estados Unidos, firmou o Tratado do Rio de Janeiro contra a vontade expressa da opinião pública equatoriana, perseguiu operários e estudantes e violou as liberdades democráticas. Além disso, Galo Plaza é conhecido defensor do imperialismo, já tendo tomado publicamente, em livros e entrevistas, a defesa da United Fruit, da Shell e outros monopólios que assolam o Equador.

O outro candidato, Velasco Ibarra, também ex-presidente do Equador, em nada se diferencia de Galo Plaza, ou de Ponce Enriquez no ataque às liberdades democráticas e na defesa da oligarquia reacionária e dos monopólios estrangeiros. Diante disto, os líderes oposicionistas, apoiados por



Pedro Antonio Saad, secretário-geral do Partido Comunista.

entrega das Ilhas Galápagos aos norte-americanos.

O Partido Comunista do Equador apresentou à frente popular seu programa de transformações democráticas, que sintetiza as aspirações mais sentidas das massas. Inclui este programa: reforma agrária que destrua o latifúndio e que entregue aos camponeses as terras hoje pertencentes aos senhores feudais, para que as trabalhem; desenvolvimento econômico nacional e melhoria das condições de vida do povo; defesa e fortalecimento das instituições democráticas; defesa da soberania e independência nacionais; consolidação e ampliação da legislação social e trabalhista; revogação dos tratados militares entre o Equador e os Estados Unidos e de "segurança coletiva" (Tratado do Rio de Janeiro).

Em declaração à imprensa em Riobamba, onde se encontrava para discutir com os outros dirigentes oposicionistas o programa da frente popular anticonservadora, o dirigente comunista Pedro Saad esclareceu que o Partido Comunista não defende medidas socialistas na presente fase do desenvolvimento equatoriano. Seu programa pode ser realizado por um Governo de Coalizão Democrática em que participem todas as forças que contribuam para derrotar os conservadores, as oligarquias feudais e financeiras e os agentes do imperialismo. Neste Governo deve participar também a classe operária, que é a força de mais clara posição transformadora.



ASSUAN: Contribuição do Socialismo à Emancipação Dos Povos Árabes

A explosão de 30 toneladas de dinamite, que fizeram ir pelos ares vinte mil toneladas de pedra, marcou o início das obras da grande represa de Assuá, na zona fronteira entre a República Árabe Unida e o Sudão. Num gesto simbólico, o presidente Nasser, diante de várias personalidades internacionais, inclusive o representante do Governo soviético, Novikov, o rei Mohamed V do Marrocos e o chanceler cubano Raul Roa, comprimiu o botão que fez detonar a carga de explosivo.

Iniciou-se assim a primeira fase da construção da grande represa, que deverá ser concluída em 1964, ou talvez antes, em vista da disposição dos operários e técnicos de entregá-la o mais breve possível. A segunda fase do projeto prevê a construção de uma usina hidrelétrica para gerar 10 bilhões de quilowatts/hora por ano. A represa será a maior do mundo, com uma capacidade de armazenar 140 bilhões de metros cúbicos de água, ou seja, quase o dobro da capacidade de armazenamento existente atualmente no Brasil. Será formado um enorme lago artificial de 4.000 quilômetros quadrados de superfície, com uma profundidade média de 80 metros. Este lago possibilitará a irrigação de cerca de um milhão de hectares de terras áridas, o que representa mais de um terço da atual superfície cultivável do Egito.

SONHO E LUTA

A construção da represa é um sonho antigo do Egito, em vista da enorme importância que terá para o desenvolvimento de sua agricultura e indústria. Como se tratava de uma realização de enorme vulto, não era possível ao Egito, pobre e explorado, concretizá-la. Basta que se saiba que

tá orçado em 240 milhões de libras egípcias, isto é, mais de 670 milhões de dólares. Durante o ano de 1956, os Estados Unidos e a Inglaterra se declararam «interessados» no fi-

nas, os soviéticos se empenham em poupar ao máximo os recursos dos povos a quem prestam assistência. Diante disto, tornam-se ainda mais ridículas as acusações veiculadas

invasão de Suez. Agora, voltam a surgir as mesmas propostas de «assistência» ocidentais para a construção da segunda fase da represa — a usina hidrelétrica. A Inglaterra, a Alemanha Ociden-

se mostra, antes mesmo de seu término, como um grande traço de união entre a RAU e a URSS, como um sinal de colaboração desinteressada entre os países socialistas e os subdesenvolvidos. Daí o interesse das potências imperialistas em participar, ou pelo menos em fingir que desejam participar, da construção da usina.

COMPENSADORA

A importância da represa para a economia egípcia pode ser medida pelo seu efeito imediato sobre a renda nacional do país. Logo após a sua conclusão, já se sabe que irá provocar um aumento de mais de 250 milhões de libras egípcias na renda nacional desta parte da RAU. Em outras palavras, em seu primeiro ano de existência, a represa terá compensado todo o seu custo (240 milhões de libras egípcias), deixando ainda um saldo. Além disto, a represa proporcionará, logo no início, uma renda anual de 23 milhões de libras egípcias ao tesouro.

tal, a Itália, a Áustria e o Japão já se mostraram «interessados» em participar do empreendimento, embora sem apresentar qualquer proposta concreta. O que acontece é que a represa de Assuá já

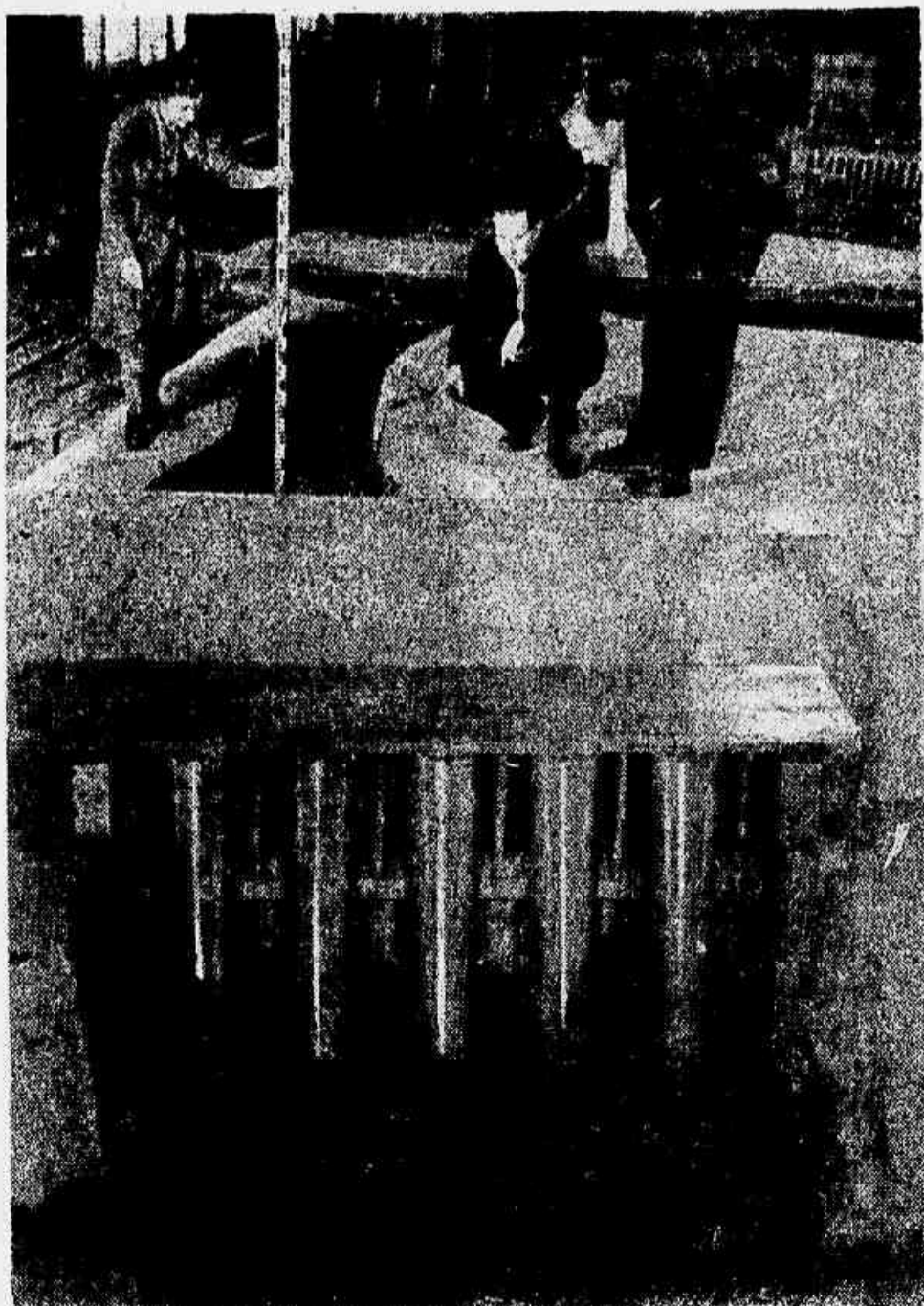
nanciamento e construção da represa. Este «interesse», entretanto, era apenas mais uma forma de pressionar o Egito com o intuito de voltar a dominar o país. Com o recuo dos países imperialistas no financiamento do projeto, e o aguçamento das relações entre eles e o Egito depois da agressão anglo-franco-israelense, o projeto ficou abandonado.

A 23 de outubro de 1958, durante a visita do vice-presidente da RAU, general Akim Amer à União Soviética, foram concluídos os entendimentos entre os dois países. A URSS concedeu um crédito equivalente a 400 milhões de dólares, concordando ainda em fornecer equipamentos e técnicos para os trabalhos de construção. Mais de uma centena de fábricas soviéticas entregaram em prazo recorde as instalações destinadas a Assuá.

COOPERAÇÃO FRATERNAL

Como ilustração flagrante da disposição dos soviéticos de ajudar desinteressadamente o povo egípcio, pode-se citar a economia de 12 milhões de libras egípcias, isto é, quase 34 milhões de dólares proporcionada pelas modificações feitas pelos técnicos soviéticos ao projeto inicial elaborado por técnicos ocidentais. Além de oferecer assistência técnica e financeira para a construção da represa, sem qualquer condição política, militar ou econômica, além da proposta «condições de pagamento as mais vanta-

por certas fontes imperialistas, segundo as quais a URSS teria iludido o Egito com promessas de financiamento em 1956, quando ainda estavam de pé as propostas de assistência ocidentais, retirando-as depois da



O modelo da represa de Assuan foi construído, na escala 1:120, no laboratório do Instituto «Hydroproject», na URSS. O modelo é necessário para a resolução de diversos problemas decorrentes da construção da barragem, como as pressões, a nível das águas, a velocidade da vazão, etc.

Coexistência Pacífica e Luta Ideológica

A pretexto de comentar a recente decisão adotada pelo Comitê Central do PCUS — cujo texto, aliás, ainda é desconhecido no Brasil — acerca das tarefas dos comunistas soviéticos no terreno ideológico e da propaganda, o sr. João Neves da Fontoura, no editorial de "O Globo", do último dia 18, repete uma série de confusões e tolices em torno do problema da coexistência pacífica e sua relação com a luta ideológica. As tolices, aliás, não são propriamente de João Neves que, no caso, como acontece de maneira geral, se limita a repetir, sem nenhuma originalidade, o que dizem os seus mentores da imprensa norte-americana.

Em essência, eis o que, de tabela, afirma o editorialista João Neves: não é possível defender-se uma política de coexistência pacífica entre Estados de regime social diverso e, ao mesmo tempo, falar-se em luta entre ideologias e luta entre as classes. Uma vez que se toma esta última posição, não se pode

considerar sincera e consequente a defesa da coexistência pacífica.

Saltam à vista os objetivos que se pretende alcançar com esta míope afirmação, ainda mais quando o pretexto é exatamente uma resolução do Partido Comunista da URSS concitando os seus militantes à luta irreconciliável contra as manifestações da ideologia burguesa. Eis, em poucas palavras, a conclusão principal a que João Neves pretende conduzir os leitores do desa-

linhavado editorial de "O Globo": se o PCUS fala em travar uma luta incessante no plano ideológico e afirma a inevitabilidade da vitória mundial do socialismo e do comunismo é porque a União Soviética não está de fato interessada na coexistência pacífica entre os Estados, mas em "exportar" a revolução socialista. E daí uma segunda conclusão: o movimento comunista, em nosso país, como em todos os demais, não resulta de contradições de nossa própria sociedade, mas de "ordens de Moscou"

COEXISTÊNCIA PACÍFICA: FRACASSO DO IMPERIALISMO

Ao contrário do que diz João Neves, não existe nenhuma razão para se considerar que se negam e se excluem a coexistência pacífica entre Estados de regimes diversos e a luta, cada vez mais acesa, entre as ideologias do

proletariado e da burguesia. São problemas de ordem diferente e que só os ideólogos da reação confundem, propostadamente, com o objetivo de levar ao descrédito os países do sistema socialista e o movimento revolucionário da classe operária.

Enquanto a coexistência pacífica, como problema de política internacional, surgiu relativamente há pouco tempo — desde o instante em que o capitalismo deixou de ser o sistema mundial único, com o aparecimento do primeiro Estado socialista, a URSS — o conflito entre a burguesia e o proletariado, no terreno ideológico, existe desde o momento em que, há mais de um século, estas duas classes passaram a se defrontar no palco histórico, na luta por interesses definitivos e antagonísticos. São fenômenos, portanto, que existem objetivamente, independentemente da vontade de quem quer que seja.

Se houvesse prevaletido, aliás, o desejo dos imperia-

Almir MATOS

listas, não se poderia hoje falar em coexistência pacífica, simplesmente porque não haveria DOIS sistemas para Coexistirem. As intervenções armadas do imperialismo contra a URSS e a ininterrupta ofensiva contra os países socialistas visavam precisamente eliminá-los do mapa mundial a fim de que o capitalismo permanecesse, eternamente, como o UNICO sistema econômico-social.

Se se fala hoje em coexistência pacífica, e se esta política vai se impondo na arena internacional, é devido ao fato de terem fracassado todas as inúmeras tentativas das potências imperialistas no sentido de varrer da face da terra os Estados em que o proletariado, pela primeira vez na história, desbancou a burguesia do poder. Não só estas tentativas foram frustradas, mas o que se viu foi o socialismo se tornar cada dia mais poderoso, consolidar-se definitivamente, convertendo-se em sistema mundial e conquistando a consciência de milhões e milhões de pessoas que, no mundo inteiro, eram antes vítimas da enganosa propaganda imperialista.

A coexistência foi, portanto, uma imposição a que não puderam fugir os imperialistas. Isto é: se existem simultaneamente, em nossos dias, Estados socialistas e capitalistas, não é porque isto agrade aos círculos dirigentes reacionários dos países imperialistas, mas ao contrário, porque esses círculos foram impotentes para deter o avanço do socialismo, e ainda mais impotentes são agora para impedir que se afirme a superioridade definitiva do socialismo sobre o capitalismo.

que reconhecem que o seu sistema, pelos vícios de que não pode se libertar, será derrotado neste tipo de competição (não haverá erro, aliás, em afirmar que a derrota do imperialismo é inevitável seja esta ou outra a forma de emulação).

Coexistir não significa conciliar. E se são as forças do socialismo que se batem, efetivamente, pela coexistência pacífica, pode-se concluir, sem dificuldade, que quanto mais poderosas forem estas forças maiores serão as possibilidades de vir a triunfar, definitivamente, essa política de paz, de ser afastado para sempre o perigo de uma nova conflagração mundial.

Não é verdade, pois, como procura fazer crer o rábula João Neves, que a luta dos soviéticos pelo comunismo em seu país e a luta da classe operária e demais patriotas contra a exploração capitalista e o jogo do imperialismo em suas pátrias, revelam falta de sinceridade e honradez nos esforços que fazem pela coexistência pacífica entre Estados de diferentes regimes. Uma luta não exclui nem invalida a outra. Ao contrário, elas se entrelaçam harmonicamente.

O que os comunistas propugnam é que enquanto existem países socialistas e capitalistas as relações entre eles se mantenham no plano da emulação pacífica e a paz seja consolidada. Mas nenhum comunista, como nenhum verdadeiro patriota, pode desejar que o socialismo coexista eternamente com o imperialismo, instigador de guerras e opressor implacável dos povos. O que se dá é que os comunistas estão convencidos de que, sendo o socialismo o regime superior, e apesar da incontestável superioridade militar de que dispõem atualmente os países socialistas, o socialismo vencerá sem necessidade de recorrer à guerra. Se os ideólogos do capitalismo não podem fazer uma afirmação semelhante em relação ao regime que defendem, mas, como João Neves, mantêm temor em face da coexistência pacífica, tanto pior para eles: aí está a confissão da inferioridade do capitalismo que eles gostariam, em vão, de ver eternizar-se.

COEXISTÊNCIA NÃO É CONCILIAÇÃO

Disto resulta a seguinte conclusão: a coexistência pacífica entre Estados de diferentes regimes sociais é uma política que se afirma vitoriosamente apesar do imperialismo. Não é, portanto, uma forma de conciliação, mas de luta entre os dois sistemas — o socialista e o capitalista. Se é defendida e aplicada consequentemente pelo campo do socialismo, com o preceito de não há nos Estados que integram esse campo, por sua própria natureza, classes sociais interessadas em pilhar outros povos, nem a sua economia encerra contradições para as quais a guerra aparece como uma solução temporária. E se, por outro lado, os círculos imperialistas resistem à coexistência pacífica é porque, devido à essência mesma do imperialismo, nada lhe é mais alarmante do que o chamado "perigo da paz".

A coexistência é uma forma de luta, de emulação en-

tre os dois sistemas. Com uma particularidade: trata-se de uma luta que exilou o emprego da força armada, da guerra, limitando-se aos terrenos econômico e político. Se, portanto, partidários de um dos sistemas revelam temor diante desta emulação — que, como é evidente, corresponde aos interesses de toda a humanidade — é por-

COEXISTÊNCIA E LUTA DE CLASSES

Se em escala internacional a coexistência pacífica é uma forma de emulação entre os sistemas socialista e capitalista e a melhor forma de se conduzirem as relações entre Estados, nos países em que dominam ainda as relações de produção capitalistas a coexistência pacífica não só não elimina as contradições e a luta de classes, mas presunpõe um combate cada vez mais acido do proletariado e

demais forças progressistas contra o imperialismo e os seus agentes internos. A luta, dentro de cada país, contra o imperialismo e seus sustentáculos não é apenas uma necessidade objetiva para a libertação de seus povos. É também uma contribuição para a vitória definitiva da paz em todo o mundo, uma vez que essa luta conduz ao debilitamento do imperialismo — retratando-lhe uma posição após outra — e assim

Teoria e prática

Sobre o Trabalho Nos Sindicatos

A concepção errônea que medrou entre nós sobre o papel das massas e do indivíduo na história contribuiu para a subestimação do trabalho com as massas em geral, e do trabalho sindical em particular, e para a superestimação do trabalho de cúpula em detrimento do trabalho de base. A atividade nos sindicatos passou a ser realizada, em grande parte, pelos chamados especialistas do trabalho sindical. O centro de gravidade da ação dos comunistas repousava nas frções e seções sindicais, o que contribuía para desligar as bases de empresa da atuação junto à massa operária. Ainda hoje os comunistas permanecem em grande parte na atividade de cúpula, não aproveitam as liberdades democráticas existentes para ir às massas e organizar o movimento sindical nas fábricas. As organizações de base e os comunistas em geral não são orientados e ajudados suficientemente para realizar o trabalho nos sindicatos e é, por isso, pequeno o número de camaradas que neles atuam. Os comunistas não conhecem satisfatoriamente a vida e os problemas dos operários nas empresas e, em consequência, nem sempre levantam com justiça as reivindicações locais. Educados numa orientação esquerdista e habituados a trabalhar com poucos mas bons, não aprendemos ainda a trabalhar com as grandes massas, onde estão as massas, e de qualquer que seja a ideologia predominante no seio das massas em dado momento. Trabalhar somente com os que pensam de acordo com os nossos pontos-de-vista é tarefa de seita. Os comunistas são uma força política, e a verdadeira política só começa quando afeta e mobiliza milhões.

A atitude negativa dos comunistas em relação à estrutura sindical vigente conduziu-nos, por muitos anos, à aplicação de uma fracassada política visando organizar, sob a bandeira da CTB, um movimento paralelo aos atuais sindicatos, o que acarretou reverses à classe operária e um grande desgaste de nossas forças. Ainda agora alguns comunistas resistem a atuar nos quadros da estrutura sindical existente, principalmente nas Federações e Confederações, numa atitude sumamente prejudicial ao movimento operário. O caminho para melhorar a composição das organizações de grau superior não consiste em manter atitude negativa diante delas, mas em eleger para esses órgãos operários provados por sua dedicação à causa do proletariado e exigir dos dirigentes que cumpram suas obrigações.

Nossa compreensão sobre o problema da unidade sindical ainda encerra elementos de sectarismo. Até recentemente não dávamos a devida importância à existência de outras forças políticas e correntes de opinião no movimento sindical. Atualmente, ainda se verifica entre alguns comunistas a tendência a realizar uma política em grande parte exclusivista e a desrespeitar a democracia sindical. Pretendem por vezes uma unidade que representaria, na prática, a subordinação mecânica de outras correntes às palavras-de-ordem dos comunistas. Essa atitude tem causado prejuízos à unidade do movimento sindical. De outro lado, são alcançadas vitórias sempre que realizamos uma política unitária, sem exclusivismo partidário, tanto nas eleições sindicais como nas conferências, congressos e movimentos reivindicativos.

(Trecho do documento "O movimento operário e a política sindical dos comunistas").

reduz a resistência, no âmbito mundial, à política de coexistência pacífica.

O proletariado e os comunistas errariam se, deixando-se confundir com as tolices de um João Neves qualquer, considerassem que se repelem a luta de classes e a luta pela paz entre as nações. Pois o que acontece é precisamente o oposto daquilo que o editorialista de "O Globo" procura impingir: a luta pela paz terá tanto maiores possibilidades de êxito e a coexistência pacífica se tornará vitoriosa tanto mais facilmente quanto mais decisivas forem as vitórias alcançadas na luta contra o imperialismo e mais sólidas forem as posições conquistadas pelo proletariado e demais forças democráticas e patrióticas em cada país. Evidentemente, nada isto

exclui — ao contrário, presunpõe — a possibilidade de mudanças graduais na política dos Estados imperialistas. Já é hoje um fato concreto, por exemplo, que o governo dos Estados Unidos vem se encaminhando para a aceitação de algumas propostas de paz feitas pela URSS. Rejubilamo-nos por este fato, que se torna possível, exatamente, devido ao avanço das forças mundiais do socialismo e da paz, que dá lugar ao isolamento e ao enfraquecimento crescentes dos setores mais agressivos das potências imperialistas.

A coexistência é uma forma de luta, jamais a conciliação com o imperialismo. Além de ser a única alternativa para evitar que a humanidade seja arrastada à mais destruidora das guerras,

VOCÊ QUER SABER TUDO SOBRE A CHINA?

CHINA ILUSTRADA

Revista quinzenal em espanhol, francês ou inglês, satisfará seu desejo.

Com a assinatura anual dessa magnífica revista, Você receberá cada 15 dias a imagem da China. As máquinas fotográficas captam para Você aspectos das diversas nacionalidades da China, seus diferentes costumes e modos da vida.

Em cada número, Você terá 36 páginas de fotografias, sendo 10 em cores.

Não Perca Esta Oportunidade!

Assinatura anual Cr\$ 650,00.

PEDIDOS A:

Editorial Vitória Ltda.

RUA JUAN PABLO DUARTE, 50 — Sobrado

Caixa Postal 165 — Telefone: 22-1613

RIO DE JANEIRO

APOIO AO CENTRO DE DEFESA DO PETRÓLEO

O General Felício Cardoso, presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, vem recebendo novos pronunciamentos de parlamentares, militares e personalidades diversas em apoio à nova Diretoria da entidade.

Entre outras, destacamos as manifestações do senador Mathias Olimpio, dos deputados Sílvio Braga, último de Carvalho, Barbosa Lima Sobrinho, Abrahão Moura, Wanderley Jr, José Joffily — que "renova seu empenho em prestigiar a patriótica entidade" — José de Castro — acentuando que se sensibilizou por ter sido convidado a participar da Comissão de Parlamentares desse Centro "que tão altos serviços tem prestado à defesa da economia e da segurança nacionais" — e do General Vicente de Paula Vasconcelos, que agradece a inclusão de seu nome na Presidência de Honra do CEDPEN.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO XLVIII)

O falecimento de Engels ocorreu no período em que se fortaleciam rapidamente, na Alemanha, as condições sociais que constituíram a água-mãe do oportunismo.

E nos últimos anos do século XIX, com efeito, que o país entra em cheio na fase imperialista de seu desenvolvimento econômico-social. O mundo estava, já então, dividido territorialmente entre as demais grandes potências imperialistas da Europa, que tinham chegado na frente ao banquete da espoliação das riquezas das regiões atrasadas do globo, da exploração desenfreada das massas humanas de milhões dessas áreas.

A grande burguesia monopolista alemã, unha e carne com a casta reacionária dos latifundiários "junkers", surgiu assim na arena da política internacional, naqueles anos, gritando contra a "injustiça" de que era vítima na partilha das colônias e semicolônias, exigindo agressivamente uma revisão do mundo, armando-se até aos dentes para

A Alemanha Imperialista dá à luz o revisionismo

saram a deter em suas mãos toda a indústria hulheira e metalúrgica do país.

Como não podia deixar de acontecer, o crescimento dos efeitos do proletariado foi também considerável e aumentou também o grau de sua concentração, embora esta se mantivesse bem inferior à dos Estados Unidos e mesmo à da Rússia imperial. Em 1907 o operariado industrial alemão tinha atingido a cifra dos onze milhões, dos quais um milhão e meio (um oitavo apenas, portanto) trabalhavam em grandes empresas de mais de mil operários.

A acelerada acumulação capitalista se processava à custa de impiedosa ofensiva contra o nível de vida da classe trabalhadora, o que desenvolvia sua capacidade de luta e de organização.

Mas, ao mesmo tempo, se criava e desenvolvia no seio do proletariado a aristocracia operária, ali-

mentada pelos superlucros do imperialismo alemão, e se cristalizava, como reflexo negativo dos êxitos conseguidos pelo proletariado no terreno da organização, uma abundante burocracia sindical.

A ideologia da aristocracia operária, dos ex-operários acomodados nos hilos dos sindicatos, das cooperativas e também do próprio Partido Social-Democrático é a ideologia da "paz social", da conciliação e da colaboração de classe com a burguesia.

Foi nessa camada que encontrou campo e tomou corpo o oportunismo, tal se alastrando nas fileiras do movimento operário e socialista alemão. Seu ponto de apoio por excelência era a aristocracia operária. E a forma peculiar, nova, mais aberta e audaciosa que assumiu foi a do revisionismo. Dada a ampla penetração das ideias socialistas, da doutrina marxista, no seio da classe operária alemã e europeia em geral, já não

era mais possível, com efeito, conseguir grande coisa contra elas a elas opondo-se direta e frontalmente. O oportunismo foi levado, assim, a mascarar-se sob o disfarce da "necessidade" de corrigir "certas teses" de Marx, de "adaptar" o marxismo às "novas condições", de "revê-lo", em suma. Esse mascaramento era tanto mais hábil porque de fato se estavam processando, no terreno social, rápidas e profundas transformações e, ante elas, o marxismo por sua própria essência devia também avançar, enriquecendo-se com novas posições no campo da teoria e da tática.

O mais saliente corifeu do revisionismo foi Eduard Bernstein. Rompendo, logo após a morte de Engels, com sua anterior posição de marxista ortodoxo, passou abertamente à extrema direita do Partido, tornando-se o teórico do revisionismo, cujos fun-

amentos expôs notadamente em seu folheto "As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia".

Bernstein lançou-se contra as bases filosóficas do marxismo — contra o materialismo dialético, a dialética materialista — contra a economia política marxista, contra a tática revolucionária proletária na luta de classes.

Negando a teoria da concentração do capital, de Marx, contra a qual invocava a "vitalidade" da pequena produção, Bernstein ao mesmo tempo afirmava que as sociedades anônimas (um dos instrumentos mais eficazes a serviço daquela concentração) representam a "democratização" do capital, pois, como dizia, os operários podem também comprar ações e tornar-se, assim... capitalistas... Graças aos trustes e cartéis — pontificava o nosso "teórico" — os crises capitalistas parecem a sua anterior agudeza e, dentro desse novo quadro, a situação do proletariado pode ir e vai progressivamente melhorando.

Em resumo, o socialismo viria não pela revolução, mas pouco a pouco, pelas reformas, pela simples evolução... O capitalismo não terá outro jeito senão "integrar-se" no socialismo, para o que basta que os operários conquistem metade mais uma das cadeiras do parlamento burguês, impondo-se tranquilamente o comunismo maioritário...

De tão essa monstruosa concepção, Bernstein extraiu o seu celebre lema revisionista: "O movimento é tudo, o objetivo final não é nada". Tratava-se, na verdade, de riscar o caráter de classe, revolucionário, da luta da social-democracia, de eliminar, como objetivo programático, a conquista da ditadura do proletariado e do socialismo, colocando o movimento operário e seu partido a reboque da burguesia liberal. Não era por acaso que Bernstein justificava a agressiva política colonial dos imperialistas do Grande Reich, fazendo coro com os ideólogos do racismo.

Convenção do PTB: Lott Com Jango Na Vice

Dependendo da opinião final do sr. João Goulart e da validação definitiva pelo marechal Teixeira Lott, parece ter sido solucionada no fundamental a questão suscitada pelo protocolo a ser firmado entre as partes que se aliam em torno da

convenção Lott. O entendimento nesse sentido foi alcançado e conhecido no nível em que se encontra atualmente a permanência aqui do governador Leonel Brizola para uso credenciado pelo presidente do PTB.

Considera-se, de modo geral, que a decisão de ser firmado o protocolo constitui um êxito relativo do PTB, pois representaria um recuo da cúpula petebista — particularmente de Armando Fátima e Amara Peixoto — que pretendia, através de pressões e ameaças, forçar

o PTB a manter-se no dispositivo situacionista, mas como um elemento passivo, que não tivesse nenhuma influência considerável na orientação política da campanha eleitoral nem, amanhã, no governo do marechal Teixeira Lott.

O protocolo consta de duas partes. A primeira inclui aspectos da política a ser realizada pelo futuro governo, tais como: desenvolvimento econômico, reforma agrária, aperfeiçoamento e ampliação da previdência social, conquista de novos mercados externos, atendimento a reivindicações do Nordeste. A segunda parte prevê que na composição do futuro governo as responsabilidades dos postos de direção serão repartidas entre os partidos que se aliam em torno da candidatura Lott, na proporção das representações que conseguirem trazer para o Parlamento. A entrevista de Lott, terça-feira, a "Última Hora" fundamenta amplamente os pontos programáticos do protocolo.

CONVENÇÃO DO PTB
Resultado também dos entendimentos realizados pelo governador Brizola foi a fixação da data da próxima Convenção do PTB, para a homologação da candidatura do marechal Lott. A 6 de fevereiro, segundo se informa, deverão reunir-se os delegados dos diretórios regionais do Partido Trabalhista para aprovar a indicação a ser feita pessoalmente pelo sr. João Goulart, da candidatura nacionalista do atual ministro da Guerra.

Este será um passo de decisiva importância para a definitiva consolidação e o reforçamento da candidatura Lott.

PROBLEMA DA VICE
Existe ainda alguma incerteza quanto ao problema da escolha do candidato a vice-presidência. Embora a tendência geral seja no sentido de se esperar que o sr. João Goulart concorde com o lançamento de seu nome — desde que tenha as garantias de que o PSD cumpria de fato o compromisso de fazer aditivamente a sua campanha, há, porém, certas dúvidas nas próprias fileiras do PTB. A recente reunião da bancada federal trabalhista, por iniciativa de seus sublíderes e enquanto se achava no Rio de Janeiro, revelou a existência de desconfianças quanto à posição, por exemplo, do sr. Santiago Dantas, que estaria procurando criar ambiente para a indicação de seu nome, caso o sr. Goulart decidisse afastar-se do Pólo. Itachacando o que alguns consideram uma manobra do sr. Santiago, os deputados trabalhistas dirigiram-se a Jango, insistindo na necessidade de ser solucionada a questão da vice, que deve, segundo afirmam os parlamentares, pertencer ao próprio Jango Queiroz assim as possíveis pressões de Santiago, enquanto se manifestavam, em sua maioria, pelo nome do sr. Sérgio Magalhães, se o sr. Goulart não vier a ser afinal o candidato.

A chegada do presidente do PTB deverá contribuir para tornar mais clara a situação e dar mais consistência a coesão das forças que se aglutinam em torno do marechal Teixeira Lott. Isso resultará tanto da homologação da candidatura Lott pela convenção petebista, como do lançamento do sr. João Goulart para a vice.

RESOLUÇÕES
Dentro das resoluções e recomendações do Congresso destacam-se as seguintes: Sobre condições de trabalho — Indenização em dobro após cinco anos de serviço; seis horas de trabalho para os empregados de escritórios, operadores de esteções e auxiliares, trabalhadores das prontidões, despachantes de carga, etc.; salário mínimo superior em 50% para os trabalhos insalubres; torna efetivo o salário mínimo familiar; salários profissionais, móveis e família, férias de 30 dias úteis; quinqüênio de carreira; adicional de periculosidade para os trabalhadores em urnas de produção de energia elétrica; desdobramento das Varas de Acidentes de Trabalho — Previdência Social — Participação dos trabalhadores na administração das entidades de previdência; monopólio estatal para acidentes de trabalho; aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social; formação, nos Estados de comissões inter-sindicais de defesa da CAPPESP. Resolveu também o congresso ratificar as resoluções da II Conferência Sindical Nacional sobre os meios para se combater a carestia; industrialização da pesca no Nordeste; criação da Eletrobrás; representação de trabalhadores no Conselho de Água e Energia Elétrica; reaparelhamento do sistema escolar; combate ao lucro extraordinário; apoio ao acordo comercial Brasil-URSS; proibição das armas atômicas. Liberdade e unidade sindicais — Criação da Central Sindical única; criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários e em Serviços Públicos; extensão dos benefícios da CLT aos servidores das autarquias; reversão

Jânio Investe Contra Petrobrás

Foi um desastre, sob muitos aspectos, a viagem de Jânio Quadros ao norte. Primeiro, serviu para desmascarar, mais uma vez, como inimigo da Petrobrás, cujo tratado no Amazonas procurou desmoralizar, à base de dados falsos e imediatamente desmentidos. A emenda tentada por Jânio não deu resultado, e o demagoguismo entreguista ficou mesmo desmascarado como um inimigo do monopólio estatal do petróleo, que ele, aliás, já havia prometido liquidar no caso de ser eleito. Depois disto, Jânio manifestou novamente as suas tendências ditatoriais e o seu absoluto desprezo pelo povo. Sem dar o menor aviso, decidiu cancelar uma série de comícios e atos preparados, provocando com isto o descontentamento e a irritação, inclusive, de dirigentes udenistas dos Estados do Norte. Por fim, a atitude de Jânio em relação à Petrobrás e as novas manifestações de seu autoritarismo levaram ao agravamento de contradições entre o candidato do sr. Seixas Dória, que manteve acalorada discussão com Jânio, defendendo o monopólio estatal do petróleo, diante das investidas deste.

Impulsionar as Lutas Por Melhores Condições de Vida

O I Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, que se realizou de 2 a 5 do corrente nesta Capital, adotou importantes resoluções, destinadas a unir os trabalhadores em energia elétrica, produção de gás, e beneficiamento de águas e esgotos, e a impulsionar as suas lutas em toda a pátria em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, da democracia e da emancipação nacional.

Entre as resoluções e recomendações do Congresso destacam-se as seguintes: Sobre condições de trabalho — Indenização em dobro após cinco anos de serviço; seis horas de trabalho para os empregados de escritórios, operadores de esteções e auxiliares, trabalhadores das prontidões, despachantes de carga, etc.; salário mínimo superior em 50% para os trabalhos insalubres; torna efetivo o salário mínimo familiar; salários profissionais, móveis e família, férias de 30 dias úteis; quinqüênio de carreira; adicional de periculosidade para os trabalhadores em urnas de produção de energia elétrica; desdobramento das Varas de Acidentes de Trabalho — Previdência Social — Participação dos trabalhadores na administração das entidades de previdência; monopólio estatal para acidentes de trabalho; aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social; formação, nos Estados de comissões inter-sindicais de defesa da CAPPESP. Resolveu também o congresso ratificar as resoluções da II Conferência Sindical Nacional sobre os meios para se combater a carestia; industrialização da pesca no Nordeste; criação da Eletrobrás; representação de trabalhadores no Conselho de Água e Energia Elétrica; reaparelhamento do sistema escolar; combate ao lucro extraordinário; apoio ao acordo comercial Brasil-URSS; proibição das armas atômicas. Liberdade e unidade sindicais — Criação da Central Sindical única; criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários e em Serviços Públicos; extensão dos benefícios da CLT aos servidores das autarquias; reversão

LÚCIO MANOEL ROCHADEL

Faleceu a 22 de dezembro último, na cidade de Porto Alegre, o velho e combativo militante comunista, Lúcio Manoel Rochadel. Nasceu a 5 de fevereiro de 1900, em Florianópolis, Lúcio desde jovem ligou-se à luta dos trabalhadores incorporando-se às fileiras do anarco-sindicalismo. Transferindo-se para Porto Alegre, ingressou no Sindicato dos operários metalúrgicos e participou da capital gaúcha, onde teve grande atuação. A leitura das obras de Marx e Engels, a participação ativa de Lúcio Rochadel nas lutas operárias surgidas no Brasil após a revolução de 1930, levaram-no a se aproximar do movimento comunista. Em 1933 ele ingressou no P.C.B., iniciando sua militância num dos períodos mais agudos da vida nacional. Já em 1934 Lúcio Rochadel participava da Conferência Regional do PCB, a chamada "Conferência de Teresópolis", como delegado de Porto Alegre. Neste mesmo ano participou ativamente do Comitê Anti-Guerrilha e ainda, no mesmo período, do núcleo metalúrgico da Aliança Nacional Libertadora. Em virtude de combatividade, Lúcio Manoel Rochadel se tornou um elemento visado pela reação, sendo preso numerosas vezes, a primeira em janeiro de 1935, durante a greve dos metalúrgicos de Porto Alegre. Mesmo enfermo não abandonou a luta que abraçara quando jovem. Agora, pouco antes da morte, desenvolvia intensa atividade, tendo se destacado na recente campanha eleitoral que precedeu ao pleito municipal na capital gaúcha. O falecimento de Lúcio Manoel Rochadel foi uma perda para o movimento comunista e causou profunda emoção e pesar entre todos os seus amigos e companheiros.

Já em Vigor o Acôrdio Comercial Brasil-URSS

Criada a Comissão Executiva Brasileira, prevista no documento, e comunicado o fato ao Governo soviético — A íntegra do "Termo de Entendimento" — Relação das mercadorias a serem intercambiadas

Foi distribuída, à imprensa, na semana passada, pelo Itamaraty, a texto oficial do termo de entendimento assinado em Moscou por uma delegação brasileira, com autoridades soviéticas. É o seguinte o texto do documento que restabelece oficialmente as relações comerciais entre o Brasil e a URSS:

Na decorrer das conversações mantidas em Moscou, entre 28 de novembro e 9 de dezembro de 1962, entre a Missão Comercial Brasileira, chefiada pelo embaixador E. Penna Barbosa da Silva, chefe do Departamento Econômico e Comercial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e a Delegação Comercial Soviética, chefiada pelo senhor N. N. Smellakov, vice-ministro do Comércio Exterior da URSS, problemas de comércio e de pagamentos foram discutidos e um entendimento foi alcançado sobre as medidas a serem adotadas para regular aspectos do comércio entre o Brasil e a URSS.

PARTE I — COMERCIO

I
As entidades oficiais e as firmas particulares brasileiras que realizam operações de comércio exterior de acordo com as leis e regulamentos do Brasil e as organizações soviéticas de comércio exterior, que operam segundo as leis e regulamentos da URSS, concluirão no Brasil e na URSS transações para a entrega das mercadorias relacionadas nas Listas anexas A e B, de acordo com o presente entendimento.

Essas Listas não são de natureza restritiva e as autoridades competentes tomarão todas as medidas possíveis para aumentar o comércio entre os dois países.

II
As autoridades competentes do Governo dos Estados Unidos do Brasil e do Governo da URSS promoverão a troca de mercadorias entre os dois países, com vista a alcançar equilíbrio de comércio e pagamentos, particularmente das mercadorias especificadas nas Listas A e B, anexas ao presente entendimento, sem prejuízo de alterações de tais Listas de acordo com as intenções de ambos os países.

III
As licenças de importação e exportação pelas autoridades competentes dos dois países para as mercadorias a serem importadas ou exportadas, considerando válidas até que as licenças cobertas pelas autoridades licenciantes, segundo os termos do presente entendimento tenham sido completadas.

IV
As autoridades competentes dos Estados Unidos do Brasil e do Brasil estabelecerão um sistema de controle de importação e exportação de mercadorias, com o objetivo de assegurar a observância das condições estabelecidas no presente entendimento.

PARTE II — PAGAMENTOS

VI
Os pagamentos resultantes das transações comerciais concluídas segundo os termos do presente entendimento serão efetuados de acordo com os regulamentos cambiais vigentes nos Estados Unidos do Brasil e na URSS, atendidas igualmente as disposições do presente entendimento.

VII
O Banco do Brasil S.A. e o Banco do Estado da URSS receberão a incumbência, por parte das autoridades competentes de seus respectivos países, de executar as disposições do presente entendimento no tocante aos assuntos relativos à sua esfera de ação.

VIII
O Banco do Brasil S.A. e o Banco do Estado da URSS abrirão as devidas contas para a escrituração dos pagamentos relativos às transações concluídas de acordo com o presente entendimento.

O Banco do Brasil S.A. abrirá uma conta, em dólares dos Estados Unidos da América, em favor do Banco do Estado da URSS, sob a denominação "Banco do Estado da URSS — Conta de Compensação de Exportação e Importação". O Banco do Estado da URSS abrirá uma conta em dólares dos Estados Unidos da América, em favor do Banco do Brasil S.A., sob a denominação "Banco do Brasil S.A. — Conta de Compensação — Exportação e Importação".

IX
Serão feitos através das Contas referidas no item VIII pagamentos relativos às seguintes operações:

- a) exportação e importação de mercadorias para consumo ou transformação em cada país;
- b) despesas comerciais e bancárias relativas às mesmas exportações e importações (frete, seguros, comissões, armazenagem e outras despesas comerciais);
- c) outras transações previamente aprovadas em cada país pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco do Estado da URSS.

X
Os dois Bancos empreenderão um crédito recíproco no valor de 1 milhão de dólares dos Estados Unidos da América.

XI
O saldo líquido das Contas referidas no item VIII será computado semestralmente e também no momento do fechamento das Contas.

XII
A conversão de libras em dólares, em moeda de reserva, será feita pelos bancos na paridade de câmbio em causa por o dólar dos Estados Unidos da América.

PARTE III — DISPOSIÇÕES GERAIS

XIII
A taxa de conversão da moeda das Contas, no mercado oficial, e os respectivos prêmios para exportação, importação e despesas referentes a estas operações, será análoga à taxa de câmbio e prêmios concedidos no dólar dos Estados Unidos da América de livre convertibilidade.

XIV
Expirado o presente entendimento, mas além de 180 dias após a dita expiração, suas disposições serão aplicáveis, até final liquidação, às transações efetuadas durante o período de sua vigência.

XV
O saldo contratual das Contas ao término dos referidos 180 dias deverá ser pago pelo banco devedor ao banco credor em dólares dos Estados Unidos da América.

XVI
As autoridades competentes dos Estados Unidos do Brasil e da URSS, respectivamente Comissões (Comissões Executivas), cada uma com três membros, a fim de auxiliar a execução do presente entendimento.

XVII
As referidas comissões manterão contatos entre si, bem como com as autoridades competentes dos Estados Unidos do Brasil e da URSS e com os bancos.

XVIII
O presente entendimento entrará em vigor depois que os abaixo assinados notificarem um ao outro da aprovação do presente entendimento pelas autoridades competentes dos Estados Unidos do Brasil e da URSS.

XIX
Este entendimento será assinado até 31 de dezembro de 1962.

XX
Foi em Moscou, no dia nove de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove, em dois exemplares, nos idiomas português e russo, sendo ambos os textos autênticos (a) E. P. Barbosa da Silva, chefe da Missão Comercial Brasileira, e N. N. Smellakov, chefe da delegação soviética.

PRODUTOS A SEREM TROCADOS

Quantos aos produtos a serem intercambiados durante a vigência do convênio com a URSS, figuram eles em duas listas.

MERCADORIAS DE ORIGEM SOVIÉTICA — E a seguinte a relação das mercadorias de origem soviética a serem importadas pelo Brasil: Petróleo e derivados: 1960 — 10 milhões de dólares; 1961 — 13,5 milhões de dólares; 1962 — 15 milhões de dólares. Inclusivo óleo cru: 1960 — 600 mil toneladas; 1961 — 600 mil toneladas; 1962 — 600.000 toneladas.

Equipamento para a indústria petrolífera — 1960 — 3 milhões de dólares; 1961 — 3 milhões de dólares; 1962 — 3 milhões de dólares. Trigo — 1960 — 150.000 toneladas; 1961 — 200.000 toneladas; 1962 — 300 mil toneladas.

Além destes produtos, também é prevista a importação das seguintes mercadorias: minério de cromo, amianto, fertilizantes, enxofre, produtos de ferro e aço, metais não ferrosos, produtos químicos, maquinaria agrícola, tratores, máquinas para construção de estradas, rolamentos, outros equipamentos, diversos na seguinte proporção: 1960 — 2,5 milhões de dólares; 1961 — 8,5 milhões de dólares; 1962 — 9,5 milhões de dólares.

As quantidades de mercadorias para entrega em 1961 e 1962 serão combinadas e fixadas no devido tempo pelas autoridades dos dois governos.

MERCADORIAS DE ORIGEM BRASILEIRA — E a seguinte a relação das mercadorias brasileiras a serem exportadas para a União Soviética: Café — 1960 — 20.000 toneladas; 1961 — 20.000 toneladas; 1962 — 40.000 toneladas. Além do café, está também prevista a exportação dos seguintes produtos: casca em amêndoas, óleo de mamona e outros óleos vegetais, peles, diversos, na seguinte proporção: 1960 — 9 milhões de dólares; 1961 — 13 milhões de dólares; 1962 — 11 milhões de dólares.

As quantidades de mercadorias para entrega em 1961 e 1962 serão combinadas e fixadas no devido tempo pelas autoridades competentes dos dois governos.

EM VIGOR
De tal modo, no que respeita ao Brasil, já se acha em vigor o convênio firmado em Moscou. Sua execução será a primeira atribuição da recém-criada Comissão de Coordenação de Política Econômica Exterior.

ASSINE "NOVOS RUMOS"

O feijão podre da COFAP

Os resultados a que chegou a Comissão encarregada de apurar a importação fraudulenta de feijão norte-americano vieram confirmar acusações mais de uma vez por nos divulgadas sobre a conduta do coronel Mindelo à frente da COFAP. E note-se que não se trata, no caso, de uma responsabilidade indireta. O ex-presidente do órgão controlador dos preços agiu pessoalmente de maneira criminosa, aumentando em 20%, através do subfaturamento, o preço de compra do feijão, o que determinou um dano de cento e sessenta mil dólares. Aliás, o mesmo processo desonesto foi utilizado pelos agentes da COFAP em transações realizadas em Sergipe, para a compra de arroz, conforme na ocasião foi denunciado detalhadamente em reportagem publicada por NOVOS RUMOS.

O relatório da Comissão de inquérito revelou também ter colidido elementos que deixam clara a ocorrência de outras falcatruas dos dirigentes da COFAP (pelo menos nove casos de importação fraudulenta), além da malversação em valor de 500 milhões de cruzeiros destinada ao socorro dos flagelados na seca do Nordeste.

Todos esses fatos mostram como a COFAP, entregue a administrações inescrupulosas, tem servido de instrumento de enriquecimento ilícito de meia dúzia de aproveitadores das dificuldades que o povo atravessa com a carestia. E, além da necessidade de serem encaminhadas as sugestões feitas no Relatório para a completa punição dos culpados, vêm reforçar a exigência de ser possibilitada uma efetiva fiscalização das atividades da COFAP pelas organizações sindicais e populares.

Copacabana - Pôsto 5

Negociata de 70 milhões de Cruzeiros Por Trás da Praça Sarah Kubitschek

A ganância de uma firma do ramo imobiliário, Andraus & Cia. Ltda., proprietária de inúmeros imóveis nesta capital e em São Paulo, volta-se mais uma vez, agora acobertada por mandado judicial, contra um dos poucos locais de recreio existentes em Copacabana — a Praça Sarah Kubitschek.

Logradouro público, desde 1935, aquela área situada na Av. N.S. de Copacabana, na altura do Pôsto 5, vem sendo objeto de constantes investidas de conhecidos especuladores imobiliários, que tudo têm feito para se apossarem de um patrimônio avaliado em mais de 70 milhões de cruzeiros.

HISTÓRIA DA PRAÇA

A história da Praça Sarah Kubitschek remonta ao ano de 1933, época em que o sr. Salim Neder, ao pretender construir em terreno de sua propriedade o edifício denominado "Neder", com 8 pavimentos, só obteve o alvará de construção após assinar termo de obrigação com a Prefeitura, pelo qual se comprometeu a construí-lo com entrada ampla e arborizada, com 6 m., situada na Av. N.S. de Copacabana, atual n.º 1.118. Posteriormente, em 1934, adquiriu um lote de terras entre os ns. 912 e o atual 1118 de sua propriedade, aumentando a entrada de 6 para 10 m., por exigência do vendedor, que desejava garantir ventilação permanente às casas de vila que possuía na mesma avenida, no local onde hoje se encontra o prédio de n.º 1.120.

Isto pôsto, o sr. Neder mandou construir, a partir de outros 10 m., além da entrada já mencionada, um novo edifício que tomou o nome de "Santa Teresinha", com 6 pavimentos e tendo sua frente principal voltada para a área livre. A seguir, já em 1935, obteve licença para construir o edifício "Glorinha" — hoje Andraus —, com 15 pavimentos. Mas para isso, a exigência feita na ocasião pela PDF, em seu decreto 2.087/25, art. 47, inciso II, previa afastamento da construção correspondente a uma vez e meia a largura do logradouro público, ou seja, a Av. Copacabana. Esta, assim formada a praçinha, a área livre foi arborizada e destinada ao uso público e era resultante das exigências municipais no tocante à ventilação e iluminação para os moradores dos prédios que a cercavam.

IMPOSTOS SOBRE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO

Anos após o sr. Neder formou uma sociedade com os Andraus, a Neder & Andraus. Sua parte no capital social foi integralizada com os bens imóveis que possuía, os edifícios a que nos referimos acima. Posteriormente, afas-

tou-se o sr. Neder cedendo suas cotas nos mesmos Andraus, que formaram a atual firma Andraus & Cia. Ltda., a quem passaram a pertencer os três prédios. Em 1955, num verdadeiro passe de mágica, dêsseis tão comuns na administração pública brasileira, passou a sociedade a pagar impostos sobre aquela área livre, que por constituir domínio público estava isenta de qualquer tributo.

Estava assim armado o golpe. Tomando providências sorrateiramente, como convinha no caso, os Andraus passaram a vender os apartamentos do antigo edifício "Glorinha", já com o nome mudado para "Andraus". Os compradores, ao adquirirem apartamentos de frente para a praça, estariam ois anos depois ameaçados de terem os seus lares — adquiridos sabe-se lá a que custo —

completamente tapados por outro edifício de 12 andares, pois que os Andraus apelando para supostos direitos sobre a área, com base no pagamento dos impostos, obtinha licença da PDF para construir no local.

ORGANIZAM-SE OS MORADORES

Tão logo obtida a licença, derrubaram a praçinha e iniciaram o levantamento dos tabiques, o que não chegaram a completar devido à reação imediata dos moradores, — cerca de 300 famílias. Lutando por seus direitos os moradores formaram a Associação dos Amigos de Praças e Jardins de Copacabana. Com demonstrações de massa e o apoio do rádio e da imprensa, a nova organização conseguiu do então prefeito Negrão de Lima a revogação do ato do

diretor do Departamento de Edificações da PDF, Adalberto Cumpido Sant'Ana. O escândalo foi amplamente divulgado pela imprensa e resultou no afastamento do diretor, pois ficou apurado que havia familiares do sr. Cumpido interessados na aprovação da planta.

Com a vitória conseguida os moradores puderam reconstruir a praçinha, fato que foi amplamente festejado.

ESPECULADORES NO SUPREMO

Mas não desistiram os especuladores imobiliários. Afirmação uma área estimada em aproximadamente 70 milhões de cruzeiros não é brincadeira de criança... A firma Andraus & Cia. Ltda. impetrou mandado de segurança contra o ato do ex-prefeito Negrão de Lima. Depois de derrotada na 3.ª Câmara

Cível do Tribunal de Justiça, teve concedido o mandado pelo Supremo Tribunal Federal, não obstante o voto contra do relator do processo e a ausência dos defensores da Prefeitura e da Associação dos Amigos das Praças e Jardins.

PROTESTOS DOS MORADORES

Novamente sob a ameaça de serem esbulhados em seus direitos, a par das medidas judiciais ainda cabíveis e já tomadas pela Associação, todos os moradores se movimentam para nova luta. A praça, os apartamentos e as crianças estão de luto, como medida de protesto pela concessão do mandado aos Andraus. Foi entregue um memorial ao prefeito Sá Freire, no sentido de que a Prefeitura desaproprie o terreno, solucionando de uma vez por todas, uma questão que, face ao estado de espírito dos moradores do local poderá vir a ter consequências mais sérias. Para garantir o êxito de sua luta a diretoria da Associação solicitou o apoio das Sociedades de Amigos dos Bairros e demais Associações congêneres.



«Esta praçinha é nossa», diz o cartaz empunhado pela garotada.

Comemorações do 62.º Aniversário de Prestes

Continuam chegando à redação de NOVOS RUMOS inúmeras saudações, a Luiz Carlos Prestes por motivo da passagem de seu 62.º aniversário natalício. Acusamos hoje as das seguintes pessoas: Ana Sepulveda, Eunice Longo, Risoleta Martins, Nelly Siqueira, Lygia Lourenço, Marlina Trevisan, Delmira da Silva, Maria Beviláqua, Maria Amabile, Eunice Pereira, Marla Valério, Ieda Nicastro, Maria de Lourdes Pereira, Dolores Fernandes, Guiomar Ribeiro, Matilde de Carvalho, Idalina Bezerra, Ana F. Rinal-

di, Marlene Bezerra, Joana Fernandes Godofredo, Amália Ceccato, Antônio Barcellos, Joaquim Garcia Lopes, Didi Andrade Garcia, Alvaro Rodrigues de Paula, José Clemente Coelho, Luiz Rosa, Amélia Gomes Rosa, Fernando Magalhães, Hilda Ferreira Magalhães, Milton Rosa, Crella Gomes Baleeiro, Galdino Rosa, Clarice Rosa, Aluizio Rosa, João Estilista Ferreira, Adalberto Martins da Silva, Armando Bartolo, Odília de Paula Bartolo, Joaquim Ferreira, Antônio Joaquim de Mendonça, Josué Leonel, Ti-

búrcio Penisa, Jairo Teixeira, Jeová Ferreira, Deusdante Ferreira de Freitas, Arthur Luiz Paria, Vitorino Joaquim Pereira.

HOMENAGENS NOS ESTADOS

O aniversário de Prestes foi comemorado em várias cidades do país.

Em Londrina, no Paraná, o sr. Manoel Jacinto recebeu em sua residência dezenas de pessoas, às quais foi oferecido um churrasco. Em ambiente festivo e fraternal, fizeram-se ouvir inúmeros oradores que enalteceram a figura do aniversariante.

Homenagens semelhantes foram prestadas a Prestes em Teresina e em Aracaju. Na capital de Sergipe, realizou-se uma grande manifestação no sítio do sr. Alcides Ferreira, que contou com a presença de líderes sindicais, estudantes, parlamentares e outras figuras representativas da sociedade local. Compareceu também à reunião o ex-capitão Agilberto Azevedo.

Em Barra do Piraí, Estado do Rio, várias manifestações marcaram a passagem do aniversário de Prestes. Entre elas, destacamos o oferecimento de 20 músicas, através da Rádio Difusora Vale de Paraíba, ao grande patriota brasileiro, e a realização de uma festa, onde foi pronunciada uma palestra sobre o movimento operário. Como parte das comemorações, habitantes da cidade soltaram duas dúzias de fogos de artifício no decorrer de dia.

REPERCUSSÃO NA ALEMANHA

O jornal "Leipziger Volkszeitung" de Leipzig, publicou extenso artigo dedicado a Prestes. O artigo, além de exaltar a figura de Prestes como um dos mais populares líderes da classe operária da América do Sul, faz uma ligeira síntese das atuais lutas do povo brasileiro. A matéria foi publicada sob o título: "Saúde e muitos anos de vida a Luiz Carlos Prestes, esperança do Brasil".

DIRETRIZES E BASES EM FASE FINAL

Estudantes Exigem Solução Democrática

O projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está novamente em foco. Figura na ordem-do-dia a ser votada na presente convocação extraordinária do Congresso, em relação com esse fato; a União Nacional dos Estudantes vem de divulgar um documento no qual, depois de situar o problema com amplitude e profundidade, conclama os estudantes de todo o país a tomarem ativa participação na batalha final, ora em curso, pela aprovação do projeto que melhor consulte os interesses do povo brasileiro, no domínio da educação.

DEFICIÊNCIA DO ENSINO

Inicialmente, o documento da UNE — elaborado pela Comissão de Educação organizada pela entidade máxima estudantil especialmente para estudar a questão — focaliza a situação do ensino no Brasil. Constata as transformações econômicas operadas no país nas últimas décadas e as implicações que tiveram no terreno educacional, no sentido de uma ampliação das oportunidades de aquisição de conhecimentos pelo povo. Diz o documento: "Não mais satisfaz à sociedade o pequeno número de técnicos e pessoal qualificado existente, herança de um regime feudal".

Em seguida, passa a analisar, especificamente, a situação em cada um dos três graus do ensino no Brasil — o primário, o secundário e o superior —, evidenciando o estado completamente insatisfatório em que se acha e a necessidade de serem introduzidas modificações no sentido de atender aos reclamos do desenvolvimento econômico, técnico, cultural e artístico. Nessa parte do estudo são apresentados dados abundantes das deficiências apresentadas pelo ensino, que se podem resumir nesta cifra: mais de 50 por cento da população adulta do país são inteiramente analfabetos.

A REFORMA DO ENSINO

A consciência da necessidade de uma reforma educacional fez-se sentir de maneira mais visível há uns 25 anos, quando educadores denunciavam o sistema educacional "alarmados com a precariedade de suas instalações, o arcaísmo de sua organização e a inoperância de seus serviços".

Entretanto, só a partir de 1948 o problema chegaria ao Congresso, através de mensagem presidencial à Câmara dos Deputados, permanecendo durante dez anos nas gavetas daquela Casa do Congresso, até que em 1957, por

À Margem De Um Discurso

Pode parecer disparate, mas ao ler o resumo do discurso de Nikita Kruschiov, perante o Soviete Supremo, vou-me lembrando de coisas que aconteceram no ano passado e continuam acontecendo nos primeiros dias deste ano. Do menino que foi olhar Papai Noel e ficou dormindo à porta de uma loja de brinquedos. Papai Noel, que fazia, prosaicamente, propaganda comercial, nem percebeu que o menino levantava as mãos, num gesto mital, para alcançar um pouco da alegria do Natal em forma de bolas coloridas. O menino não tinha casa. Da empregada doméstica que ofereceu, pelo jornal, um filho de dois anos, porque não podia guardá-lo em todos os instantes de sua vida. Não tinha casa para morar com o filho. Dos favelados que moram tão mal e sob a ameaça constante de perder a humilde moradia. Da minha gente do Nordeste que não cabe nas hospedarias de emergência.

Mas, e o discurso de Nikita Kruschiov? Propondo a desmobilização de um milhão e duzentos mil homens das forças armadas soviéticas, disse o Primeiro-Ministro: «A cada homem deve dar-se trabalho e uma casa». E mais adiante: «Devemos cercá-lo de cuidados e carinho. Devemos ajudá-lo com novas profissões que lhes darão bons salários». Contribuindo no sentido universal para a causa da Paz, não esqueceu em sua proposta, posteriormente aceita, as necessidades imediatas de cada homem. Dentro do grande sonho de segurança de toda a humanidade — a Paz — houve lugar para serem colocados os pequenos sonhos da segurança individual: uma casa, cuidados, carinho, novas profissões correspondentes a bons salários. E é esta preocupação que abre ao socialismo, diáritamente, novos caminhos. Os caminhos da terra que conduzem a novas realizações, e até os caminhos do céu, onde as buscas para outras novas realizações começam a ser feitas.

Se andássemos por tais caminhos, o menino não teria dormido ao relento, à porta de uma loja de brinquedos. A empregada não teria oferecido seu filho, nem Papai Noel sairia pelas ruas oferecendo mercadorias. Os pequenos sonhos da segurança de cada um de nós, incluindo os favelados e os nordestinos, iriam sendo realizados, com tempo, com sacrifícios muitas vezes, com erros às vezes, mas, sempre, dentro de um plano que levaria em consideração a felicidade humana.

ANA MONTENEGRO

empenho de educadores e estudantes, a Comissão de Educação da Câmara desenvolveu o assunto, pondo-o sob consideração.

Depois de sofrer algumas emendas, retornou ao plenário, já na presente legislatura, em princípios do ano passado, em segunda discussão. Até 17 de junho, quando se prolongaram os debates, 56 novas emendas e seis substitutivos foram apresentados. Dos substitutivos, um deles — o do deputado Carlos Lacerda — punha o problema em termos completamente diferentes daqueles sob que estava sendo examinado. E com o substitutivo Lacerda uma nova situação foi criada: já não se tratava, apenas, de reformar o ensino, mas de defendê-lo para o povo. E que o projeto Lacerda trazia em seu bojo uma tremenda ameaça: a supressão da escola pública, em benefício dos que mercantilizam com o ensino e em defesa de interesses antinacionais.

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

"A escola pública, sem preconceitos religiosos, econômicos, de classe ou raça, préta, apenas a normas constitucionais é a única que por sua estrutura e finalidade está capacitada a sistematizar o ensino geral de um povo" — diz o documento elaborado pela Comissão de Educação da UNE, resumindo um amplo e fecundo debate que promoveu, entre agosto e dezembro de 1959 e durante o qual teve oportunidade de ouvir figuras as mais credenciadas da pedagogia e da vida pública brasileira.

Mercê da grande e intensa campanha de esclarecimento, levada a efeito por educadores, pelas legítimas organizações estudantis, o substitutivo Lacerda foi repudiado nos seus pontos mais perigosos. Entretanto, como acentua o documento da UNE tal substitutivo ainda oferece perigo, notadamente em face da precária situação da Instrução pública, o que torna esta última vulnerável aos ataques dos mercantilistas do ensino.

Fine" ante, a 10 de dezembro de 1959, ficou pronta a última versão do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atendendo seu texto a um grande número de sugestões da UNE.

ARRANCADA FINAL

Agora, deverá o Congresso proceder à última discussão do projeto, quando somente serão aceitas emendas supressivas — e não mais aditivas.

nem modificações que acrescentem algo aos textos dos artigos.

Por esse motivo, a Comissão de Educação da UNE está clamando os estudantes brasileiros a lutarem para que o projeto seja finalmente esboçado de alguns artigos atentatórios à escola pública e ao ensino, que ainda contém. De maneira concreta, a Comissão da UNE apela para os estudantes no sentido de que se batam pela supressão da alínea II do art. 3.º; dos artigos 5.º, 10.º, 58.º e da letra a do art. 96.

Os estudantes brasileiros têm neste momento uma grande responsabilidade diante do presente e do futuro da educação no país. O trabalho elaborado pela Comissão de Educação da UNE revela que eles estão à altura dessa responsabilidade.

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA POLÍTICA MARXISTA

Entre numerosas matérias do maior interesse, o número 10 da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO — o último de 1959 — publica um extenso comentário sobre o manual Fundamentos científicos do marxismo-leninismo, recentemente lançado na União Soviética. O comentário reproduz vários trechos do Manual, especialmente os que se referem aos fundamentos científicos da política dos partidos marxistas.

Uma apreciação em torno do último Congresso Internacional de Sociólogos e um artigo de economista soviético Ostromitsov sobre as "nacionalizações trabalhistas" são outras matérias particularmente interessantes neste número da vitoriosa revista marxista.

Ainda no número 10 tem prosseguimento o debate acerca do Mercado Comum Europeu. É publicado um artigo de P. Gonzalez Alberdi — «Dificuldades econômicas e lanques descarregadas sobre a América Latina».

Já se acha nas bancas e livrarias o número 10 de PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO. FAÇA A SUA ASSINATURA, DIRIGINDO-SE À RUA DA ASSEMBLEIA 34, SALA 304 — RIO

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXÉDI — o poeta vaqueiro

Seu doutô, seu Presidente, Do supremo tribunal: Vasmicê já deu três nome Pra s'iscuidê e votá.

Generá Texêra Lote, Doutô Ademá de Barro E o mago das bassôrada. A caiga já tá butada Vamo vê quem puxa o carro.

O Brasí republicano Cumeçô na lêta D. Cum argum tempo adispôs Passô-se pra lêta Fê. Num sei praquê, seu doutô, Sartemo pra lêta P.

Vêi dispôs, o Campo Sale, Pra censertá a cartia. Sartemo pra lêta Rê... Num era e ré qui cabia Dispôs vortemo pru A, Tôda carta d'insinã Nessa lêta principia

Vêi doutô Nilo Peçonha: Satremo pra lêta Nê. E o H do doutô Herme Ante divia cabê.

Da lêta H, seu doutô, Ai sartamo dímás, Fumo para lêta V: Doutô Venceslau Brás.

Veio o tempo do GG. Essas lêtas demoro, Vêi o E qui nós num tinha, Mas pra num quebrá a linha: Para o GG se vortô.

Sem respeito ao I fartante Veio logo o J.K. Agora vamos pru le Num se pode mais vortá: Nem prêsse J do Jane, Nem pru A do Ademá.

Genera Lote, doutô, E' o nosso candidato, Continuando a cartia Pru Brasí ficá izato. Se outa lêta vie Fica bom prus coronê... O pobe é quem paga o pato!

Inleitores do Brasí, Nós samos do ABC, Vamo sigui a cartia... Votando na lêta Lê.



Volta Redonda Exige Punição Para os Assassinos de Rubem Machado

Numa gigantesca manifestação popular, jamais presenciada em toda a história de Volta Redonda, mais de 15 mil trabalhadores desfilaram durante duas

horas pelas ruas da cidade, conduzindo para o cemitério o corpo do jovem líder sindical Rubem Machado, assassinado a facadas, na manhã do dia 17, pelo facinoroso

Texto de **NILSON AZEVEDO** e fotos de **EDSON**
(Enviados especiais de **NOVOS RUMOS**)

norista José Sebastião Vicente, capanga do prefeito municipal César Lemos, acusado como mandante do covarde crime.

O município fluminense de Volta Redonda, com seus 70 mil habitantes, teve a sua atividade quase totalmente paralisada em consequência da revolta da massa popular, que durante dois dias permaneceu nas ruas tentando arrancar o covarde assassino das mãos da polícia, e cacando o prefeito César Lemos e seu filho que desapareceram na cidade fugindo da multidão, que o aponta como mandante do crime que tirou a vida do jovem e combativo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Constituição Civil.

Toda a comércio local, identificado com a revolta popular, esteve de portas cerradas durante dois dias. Milhares de casas residenciais também permaneceram com suas portas e janelas fechadas. Com o ambiente na plenitude da revolta, o ano era de luta e indignação.

Cerca de cinco mil trabalhadores das obras da Companhia Siderúrgica Nacional, que trabalham para companhias e em preferência

suspenderam o serviço ao município, dirigindo-se para a sede do Sindicato da Constituição Civil, onde se encontrava o corpo do seu líder, que às 18 horas do dia 19 foi conduzido para o cemitério.

Um ônibus repleto de dirigentes sindicais do Estado do Rio dirigiu-se para Volta Redonda, acompanhando o feretro. Dirigentes sindicais também compareceram ao enterro do jovem líder assassinado.

Entretanto, cerca de 15 mil pessoas caminharam lentamente durante duas horas, no largo dos três quilômetros que separam o centro da cidade do cemitério. Lá, no ato do sepultamento, que contou com a presença do Prefeito de Volta Redonda e de vereadores de vários municípios fluminenses, foram ouvidas palavras de solidariedade. Lucrécia Costa, esposa do líder morto, fez um discurso emocionante. O vereador João Alvares, em nome da Câmara Municipal de Volta Redonda, Gabriel Alves de Oliveira, em nome da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Constituição Civil, Paulo Coutinho, em nome dos

Sindicatos de Nova Friburgo, Decilma Lopes da Silva, em nome da Juventude Valenciana; e vários outros oradores. Grande quantidade de coroas foram enviadas, entre as quais a de Luiz Carlos Prestes, em nome dos comunistas brasileiros.

UM AUTENTICO LIDER POPULAR

Rubem Machado, jovem de apenas 27 anos, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Constituição Civil de Volta Redonda, cargo que viria ocupando há quatro anos. Impetuoso, inteiramente dedicado à causa dos trabalhadores e da emancipação nacional, desenvolvendo intensa atividade em favor das reivindicações de sua corporação, Rubem Machado conseguiu que em quatro anos se elevasse de 76 para 1.600 o número de associados do seu sindicato. Graças à sua conduta como líder operário e popular ganhou a simpatia de toda a cidade.

Membro do Partido Comunista do Brasil, a cujas fileiras se orgulhava de pertencer, Rubem Machado não se limitava a lutar apenas em defesa das rei-

vindicações dos trabalhadores em construção civil.

Jovem de visão larga, sensível às aflições e aos anseios das massas trabalhadoras, a sua ação se fazia sentir em todas as lutas de interesse popular, notadamente as relacionadas com o movimento nacionalista pela emancipação do País. Foi assim que ele surgiu à frente da luta dos funcionários da Prefeitura, que há mais de sete meses não recebiam seus salários. Esta luta, que empolgou toda a cidade, culminou com a greve dos funcionários municipais, que durante 14 dias mantiveram interditada a sede da Prefeitura, e paralisados todos os serviços públicos. A greve terminou vitoriosa. Desde então Rubem assumiu praticamente a liderança da campanha de todo o povo pela moralização da administração municipal. A sua conduta, segundo a voz popular, teria atraído o ódio do prefeito César Lemos e de seus capangas.

REPULSA DE TODO O PAIS

A população de Volta Redonda e os trabalhadores de todo o Estado do Rio continuam manifestando a sua revolta contra os métodos de banditismo, alimentado pela própria polícia fluminense, que jamais se preocupou em prender o

bárbaro matador de Rubem Machado, apesar de sabê-lo autor de várias mortes, uma das quais há quatro anos, no município de Barra do Piraí. Esse facinoroso transitava livremente pelas ruas de Volta Redonda, e era homem de confiança do Prefeito municipal, cuja residência continua protegida pela polícia.

A população de Volta Redonda, em péso, exige a imediata apuração do crime e a punição rigorosa do assassino e dos seus mandantes. A Câmara Municipal, reunida na noite do dia 18, resolveu, por unanimidade, requerer a intervenção estadual no município de Volta Redonda.

A opinião pública de todo o país, como se revela através da imprensa carioca e de todos os Estados, repudia o crime hediondo e covarde e exige das autoridades a punição dos responsáveis.



Rubem Machado, querido líder dos trabalhadores de Volta Redonda, numa foto recente, tirada dias antes de tombar esfaqueado em frente à sede do seu Sindicato.



Dezenas de policiais portando metralhadoras, revólveres, granadas e bombas de gás lacrimogêneo mantiveram o cerco ao corpo do jovem César Lemos que a população revoltada tentou arrancar numa autêntica manifestação de ódio ao chefe do executivo municipal, acusado de mandante do miserável crime. Na foto um policial engaiilhado em uma arma, ameaçando a multidão contra o povo.